

ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS

Edital 149/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|-----------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 149/2026 | 90183-ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS | ROSIMEIRE SIQUEIRA DA SILVA | 13/05/2026 13:15 (v 0.4) |
| Status | | | |
| ASSINADO | | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | 51/2026 | 024.00022908/2026-34 |

1. pe 90140/2026

PREGÃO ELETRÔNICO

90140/2026

CONTRATANTE (UASG)

(00090183)

OBJETO

Aquisição de Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão;

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO - nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **29/05/2026 08:00h**(horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO

Sumário

1. DO OBJETO.. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 20
11. DOS RECURSOS. 21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 25

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90140/2026

Processo Administrativo nº 024.00022908/2026-34

Torna-se público que o INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS”, por meio do setor de Compras, sediado à Av. Dr. Arnaldo, 165 – Pacaembú – São Paulo / SP – CEP: 01246-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é *Aquisição de Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão;*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. *A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. A licitação será realizada em único item.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. *Para o grupo a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.4.2. Considerando o valor estimado do grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, [excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.](#)

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição [Federal](#), e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *percentual de desconto superior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital)* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença *percentuais* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *01% (um por cento)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44e 45da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos *nocaput* doart. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021 [, conforme regulamento](#);

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos daLei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º doart. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio,a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *inferior ao desconto mínimo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.13. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.13.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico: Sistema Eletrônico de Informações (SEI)*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital;ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.5.6.

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4.

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, §5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio* : e-mail: compras@emilioribas.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet compras.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.1.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.1.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.1.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.1.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.1.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.1.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.1.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *e no sítio eletrônico compras.gov.br*.

14.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.14.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.14.2. ANEXO II – Cópia da Resolução PGE nº 65, de 01/04/2023;

14.14.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.14.4. ANEXO IV - Modelo(s) de Declaração(ões);

14.14.5. ANEXO V- Decreto Nº 62.867, de 03 de outubro de 2017.

São Paulo, 13 de maio de 2026.

Dr. Luiz Carlos Pereira Junior

Diretor Técnico de Saúde III

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 13:15:45.

GIOVANNI YURI HANATE LARA

Pregoeiro

ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS

Termo de Referência 121/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|-------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 121/2026 | 90183-ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS | ALPETRAS MARTINS MACIEL | 11/05/2026 14:12 (v 0.9) |
| Status | | | |
| DISPONIBILIZADO | | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | 51/2026 | 024.00022908/2026-34 |

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Conjunto de Roupa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | SIAFISICO CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL |
|------|--|---------------------|----------------------|---------------------|
| 1 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Na Cor Azul; Tamanho P ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. | 6523072 605080 | 01 unidade | 300 |
| 2 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Na Cor Azul; Tamanho M ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial | 6523366 605081 | 01 unidade | 300 |

| | | | | |
|----|---|-------------------|------------|-----|
| | Com Personalização Em Estampa Corrida Colorido; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. | | | |
| 3 | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho G ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR AZUL | 6523382 605082 | 01 unidade | 500 |
| 04 | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho GG ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL | 6523390 605087 | 01 unidade | 300 |
| 05 | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho EXG ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL | 6523404 605083 | 01 unidade | 500 |
| 06 | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho EXGG ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/-5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorido; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL | 6523757 619996 | 01 unidade | 100 |

| | | | | |
|----|--|-------------------|------------|-----|
| 07 | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho P ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Colorida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO. | 6523773 605080 | 01 unidade | 200 |
| 08 | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho M ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO | 6523781 605081 | 01 unidade | 200 |
| 09 | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho G ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO | 6523382 605082 | 01 unidade | 300 |
| 10 | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho Gg ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO | 6523390 605083 | 01 unidade | 200 |
| | Conjunto de Roupas Privativas; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho Exg ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta | 6523404 | | |

| | | | | |
|----|---|-------------------|---------------|-----|
| 11 | Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO | 605083 | 01 unidade | 300 |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho GG ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Comprida Com Punho para Isolamento , Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; COR CINZA | 6523455 618193 | 01 Unidade | 100 |
| 13 | Calca para Centro Cirurgico; Em Tecido 100% Algodão; Calça Com Elástico e Cordão Rebatido Com Travete; No Tamnho Gg ; Colorida; Reutilizavel Com Resistência a Lavagem Industrial; Logotipo Oficial Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Atendado a Legislação Atual Vigente; NA COR AZUL. | 6544096 605007 | 01 unidade | 50 |
| 14 | Calca para Centro Cirurgico; Em Tecido 100% Algodão; Calça Com Elástico e Cordão Rebatido Com Travete; No Tamanho Exg ; Colorida; Reutilizavel Com Resistência a Lavagem Industrial; Logotipo Oficial Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Atendendo a Legislação Vigente; NA COR AZUL. | 6544126 605007 | 01 unidade | 205 |
| 15 | Blusa Cirúrgica; Em tecido 100% Algodão; Tipo Bata Hospitalar com bolsos frontais inferiores, porta crachá; Decote Redondo; Manga curta tipo Raglan; No Tamanho P ; Colorido; Reutilizavel resistente a lavagem industrial; Logotipo Oficial em estampa corrida; Embalado em material que garanta a integridade do produto; Atendendo a legislação atual vigente. NA COR AZUL. | 6544150 605036 | 01 unidade | 60 |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta dias), contados da emissão da Nota de Empenho, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. 2.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. 3.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. 4.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. As peças que compõem o conjunto de roupa privativa deverão ser confeccionadas com materiais de qualidade compatível com uso hospitalar intensivo, assegurando maior durabilidade, resistência a sucessivos processos de lavagem e desinfecção, de modo a reduzir a necessidade de reposições frequentes e a geração de resíduos sólidos.

4.1.2. Os materiais utilizados deverão possibilitar higienização eficiente, sem liberação de substâncias tóxicas ou resíduos prejudiciais ao meio ambiente, atendendo às normas sanitárias e ambientais vigentes aplicáveis a produtos têxteis de uso em serviços de saúde.

4.1.3. Deverá ser priorizado o fornecimento de produtos cuja fabricação adote práticas que promovam a racionalização do consumo de água, energia e insumos, contribuindo para a redução dos impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do produto.

4.1.4. As peças deverão permitir reutilização segura durante sua vida útil e descarte ambientalmente adequado ao final de seu uso, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010.

4.1.5. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação ambiental vigente, bem como a legislação trabalhista e de segurança do trabalho, garantindo condições adequadas de produção e fornecimento dos bens.

4.1.6. Sempre que aplicável, a contratada deverá apresentar comprovação de regularidade ambiental ou declarações que atestem a adoção de práticas sustentáveis em seus processos produtivos, sem prejuízo da competitividade do certame.

4.1.7. Os requisitos de sustentabilidade previstos neste item não poderão comprometer a segurança do paciente, dos profissionais de saúde e dos usuários do serviço, nem a funcionalidade e a qualidade técnica do conjunto de roupa privativa a ser adquirido.

4.2. Especificações Técnicas dos Tecidos conforme Termo de Referência, como segue;

4.2.1 Dos tecidos

Composição do Tecido em Cretone de 1ª qualidade, 100% Algodão com gramatura de no mínimo 200g/m2, quando houver, densidade da trama de 180 Fios, dentre outros tecidos; tolerância conforme o sifísico combinado com a tabela de medidas; tecido cretone 100% algodão gramatura 200g/m2 em tela 1x1 quando houver; tecido de Algodão 100% cardado, Ligamento: Sarja 2x1; Gramatura: 210g/22 quando houver; Tecido 100% algodão gramatura 300g/m2, construção de felpas;

Tecido em brim, tela 3/1, 100% Algodão, camada Dupla quando houver; Tecido em brim Solasol, 100% Algodão, gramatura 240g/m2 quando houver; tecido 100% Algodão, gramatura de 172g/m2, em tela, armação de felpa, quando houver. Tecido misto, 50% Algodão e 50% Poliéster; gramatura de 200G/m2, ligamentos em tela; densidade do Urdume de 107 Fios; densidade da trama de 75 Fios; tecido antialérgico; dupla face quando houver; todos os tecidos deverão ser Pré-lavado e Pré-encolhido, reutilizável, resistente a alta temperatura e processo de lavagem hospitalar industrial, as cores e demais especificações deverão ser observados no demonstrativo conforme especificado no Quadro acima.

4.2.2 Da Costura

Costuras com máquina 1 agulha ponto fixo; vista e pespontos, em máquina de interlock bitola mínima 10mm para o fechamento das laterais, travetes no acabamento da vista e início da abertura traseira, no acabamento Overlock nas partes desfiadas do tecido, Pesponto com pontos graúdos para prender a parte costurada. Chulear, Alinhavar e Coser de modo que não se desfie. Pontos por cm: 4,0 a 4,5 em todas as costuras, quando houver. Costura dupla e reforçadas de tal forma que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados. Costura máquina Reta 1 Agulha, ponto fixo, pesponto; com arremates nas extremidades das costuras, no caso do conjunto será composto de blusa e calça, quando houver. tolerância conforme o sifísico combinado com a tabela de medidas;

Costura em interlock bitola mínima de 7mm para o fechamento das laterais, ombros e mangas, mangas curtas com bainhas fixa, fixação da gola, pala, bolsos, bainhas, barra e pespontos em máquina 1 agulha ponto fixo, arremates nos cantos do bolso quando houver.

Tarja nas cores definidas conforme descrição do Subitem, "DAS TARJAS", previsto neste Estudo Técnico Preliminar, no Item Descrição da Solução Como Um Todo, ou seja, costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça, elástico de 3 cm ou mais, com costura reforçada nas calças, quando houver e resistente a alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial.

4.2.3 Dos Aviamentos

Linha tipo 80 poliéster/algodão ou 100% poliéster para fechamento e pespontos. Título 120 e filamento para costuras de Overlock; boa qualidade e resistente ao processo de lavagem hospitalar industrial; Linhas na cor do Tecido.

Linha de tipo 120, poliéster/algodão ou 100% poliéster para os fechamentos, caseados, pespontos e pregar botões e filamentos para overlock; Fechamento e pespontos. Botão perolizados 2 furos de 20mm de diâmetro boa qualidade e resistente alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial; Cadarço correção na cor do Tecido quando houver; Elástico de 3 centímetros ou mais, quando houver; Linhas na cor do Tecido; Botões extras na parte interna; Botões de pressão na cor do tecido, na falta deste, a cores serão definidas e autorizada pelo contratante (exemplo: branco, alumínio, etc); o botão de pressão deverá ser boa qualidade, resistente a alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial.

4.2.4 Etiqueta de Garantia Total

Garantia, fornecida pelo fabricante do tecido e/ou confeccionista contra defeitos aparentes e/ou latentes, visando o atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e o Regulamento Técnico de Etiquetagem de Produtos Têxteis - Resolução n. 02, de 06 de maio de 2008 do CONMETRO; abrangendo os tecidos (encolhimento, resistência e solidez) e a respectiva confecção (corte, costura, aviamentos e medidas), Tratamento de cuidado para conservação através de símbolos e/ou textos (ISO 3758 ou NBR 8719); excluindo-se os casos de uso ou manutenção inadequados das roupas por parte dos usuários.

4.2.5 Deverá Constar na Etiqueta Obrigatoriamente

Composição têxtil do produto; Nome ou razão social do fabricante do tecido e/ou confeccionista; Identificação fiscal do fabricante do tecido e/ou confeccionista (CNPJ); País de origem; Indicação de tamanho de acordo com o tipo confeccionado e símbolos; as letras legíveis, claramente visíveis e precisam ter no mínimo dois milímetros; as informações da etiqueta não podem ser contraditórias e devem ser colocadas de forma permanente de modo que não apague e acompanhe a vida útil do produto têxtil, informação se é de 100% algodão e/ou algodão 100%. No caso de o produto contar com mais de 85% de uma das fibras não há necessidade de detalhar o resto, caso contrário é preciso citar a composição completa como, por exemplo, 75% poliamida e 25% elastano; A legislação é clara e pede que cada fibra esteja discriminada na composição; O tamanho da peça deve ser citado com as letras, como por exemplo: P, M e G e, ser for tamanho único deverá estar escrito por extenso ("Tamanho Único").

4.2.6As etiquetas deverão ser fixadas:

Na parte interna/costura no centro. Poderá colocar uma ou mais etiquetas no produto, mas tem que ficar atento às informações obrigatórias. Não são aceitas abreviaturas ou simbologias técnicas e o texto deve estar escrito sem abreviações, visto que a legislação atual não permite abreviações.

As etiquetas deverão ser de boa qualidade, de tecido antialérgico e, costuradas de tal modo que não machuque e/ou agride a pele do usuário, evitando alergias, feridas, coceiras e eventuais machucados.

4.3 Demonstrativos dos Privativos Deverão Atender

4.3.1 Personalização nos tecidos

Na parte interna/costura no centro. Poderá colocar uma ou mais etiquetas no produto, mas tem que ficar atento às informações obrigatórias. Não são aceitas abreviaturas ou simbologias técnicas e o texto deve estar escrito sem abreviações, visto que a legislação atual não permite abreviações.

As etiquetas deverão ser de boa qualidade, de tecido antialérgico e, costuradas de tal modo que não machuque e/ou agride a pele do usuário, evitando alergias, feridas, coceiras e eventuais machucados.



A medida das letras deverão ser no mínimo dois centímetros de altura, o formato da letra maiúscula do logo (corpo) e da frase são calibri.

A Medida do logo e da frase deverão ser DE 10 CM X 10 CM (Larg. X Alt.). A estampa deve ser intercalada com logo e a frase, a distância de um logo para o outro deverá ser de 15 cm, e nesse espaço deverá conter a frase, conforme mostra exemplo da imagem abaixo:



4.3.2 Das Tarjas

As tarjas para identificação dos tamanhos costurada nas peças de conjuntos privativos e pijamas deverão ser identificadas conforme especificação descrita abaixo:

- A blusa e a calça no tamanho **PEQUENO** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR VERDE**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **MÉDIO** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR AZUL**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **GRANDE** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR BRANCA**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **GRANDE GRANDE** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR VERMELHA**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **EXTRA GRANDE** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR AMARELA**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **EXTRA EXTRA GRANDE GRANDE (obesos)** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR PRETA**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.

4.3.3 Especificações Técnicas dos Tamanhos

| TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇAS PRONTAS - BLUSA (CM) | | | | | | | |
|---|-------------------------|--------|--------|--------|----------|---------|--------|
| ITENS | NUMERAÇÃO DE TOLERÂNCIA | P | M | G | GG | EXG | EXGG |
| Tórax (circunferência) | De -1 a +1 | 121 | 127 | 133 | 139 | 145 | 170 |
| Ombro a ombro | De -1 a +1 | 51 | 54 | 57 | 60 | 63 | 75 |
| Comprimento da manga | De -0,5 a +0,5 | 22 | 24 | 26 | 28 | 30 | 32 |
| Comprimento | De -1 a +1 | 67 | 69 | 74 | 76 | 78 | 90 |
| Bolso | De -0,5 a +0,5 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 |
| Tarja | - | Gola | Gola | Gola | Gola | Gola | Gola |
| Tarja (Cor) | - | Verde | Azul | Branca | Vermelha | Amarela | Preta |
| Gola | De -1 a +1 | Careca | Careca | Careca | Careca | Careca | Careca |
| TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇAS PRONTAS - CALÇA (CM) | | | | | | | |
| ITENS | NUMERAÇÃO DE TOLERÂNCIA | P | M | G | GG | EXG | EXGG |
| Cintura diâmetro com elástico em repouso | De -1 a +1 | 90 | 92 | 94 | 96 | 98 | 102 |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|----------------|-------|------|--------|----------|---------|-------|
| Quadril diâmetro | De -1 a +1 | 108 | 114 | 120 | 128 | 138 | 150 |
| Gancho Dianteiro | De -0,5 a +0,5 | 33 | 35 | 37 | 39 | 41 | 44 |
| Gancho Traseiro | De -1 a +1 | 36 | 38 | 40 | 42 | 44 | 47 |
| Comprimento c/ cós | De -0,5 a +0,5 | 102 | 104 | 108 | 110 | 112 | 115 |
| Tarja na altura do bolso | De -0,5 a +0,5 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Tarja (Cor) | - | Verde | Azul | Branca | Vermelha | Amarela | Preta |
| Profundidade do bolso lateral dianteiro (bolso em faca) | De -1 a +1 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |

4.4 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5 Será(ão) exigida(s) amostra(s) do(s) seguinte(s) item(ns):

4.5.1 Item 1 – Conjunto de Roupa Privativa Azul – Tamanho P

4.5.2 Item 2 – Conjunto de Roupa Privativa Azul – Tamanho M

4.5.3 Item 3 – Conjunto de Roupa Privativa Azul – Tamanho G

4.5.4 Item 4 – Conjunto de Roupa Privativa Azul – Tamanho GG

4.5.5 Item 5 – Conjunto de Roupa Privativa Azul – Tamanho EXG

4.5.6 Item 6 – Conjunto de Roupa Privativa Azul – Tamanho EXGG

4.5.7 Item 7 - Conjunto de Roupa Privativa Vermelho – Tamanho P

4.5.8 Item 8 - Conjunto de Roupa Privativa Vermelho – Tamanho M

4.5.9 Item 9 - Conjunto de Roupa Privativa Vermelho – Tamanho G

4.5.10 Item 10 - Conjunto de Roupa Privativa Vermelho – Tamanho GG

4.5.11 Item 11 - Conjunto de Roupa Privativa Vermelho – Tamanho EXG

4.5.12 Item 12 – Conjunto de Roupa Privativa Cinza Manga Longa – Tamanho GG

4.5.13 Item 13 - Calça pra Centro Cirúrgico Azul – Tamanho GG

4.5.14 Item 14 - Calça pra Centro Cirúrgico Azul – Tamanho EXG

4.5.15 Item 15 - Blusa Cirúrgica Azul – Tamanho P

4.6 A empresa ofertante deverá retirar a **PEÇA PILOTO** neste Instituto, na Diretoria de Serviço de Lavanderia Rouparia e Costura no horário: 07h00min às 16h00min horas, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis após a aprovação da proposta**, para a confecção da “AMOSTRA”

4.7 Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 165 – Cerqueira Cesar – Pacaembu, São Paulo – CEP: 01246-900 – Instituto de Infectologia Emilio Ribas.

4.8 A empresa ofertante deverá devolver a **PEÇA PILOTO** e entregar a **AMOSTRA** neste Instituto, na Diretoria de Serviço de Lavanderia Rouparia e Costura no horário: 07h00min às 16h00min horas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis após a retirada da peça piloto**.

4.9 É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.10 No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.11 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.11.1 As peças deverão passar por processo de pré-encolhimento.

4.11.2 Em seu acabamento as peças devem estar limpas, íntegras e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados.

4.11.3 As amostras serão submetidas a três lavagens consecutivas para avaliação dos seguintes itens conforme a ABNT NBR 13734 /2016:

- Lavabilidade;
- Resistência a altas temperaturas;
- Resistência a tração quando molhado;
- Resistência aos ácidos, álcalis, branqueadores, alvejantes e desinfetantes;
- Firmeza dos corantes nos processos de lavagem (Personalização em cilindro/estampa corrida em toda a sua extensão);
- Firmeza dos corantes nos processos de lavagem (Personalização em cilindro/estampa corrida em toda a sua extensão);
- Percentual de encolhimento;
- Capacidade de absorção de água.

4.12 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema

4.13 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.14 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.15 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.16 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.17 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.18 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.19 No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicada em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.19.1 A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.20 O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

5. 5.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

| Item | Descritivo do Produto | Tamanho | Quantitativo Total | Quantitativo da entrega | Prazo de Entrega |
|-----------------------|--------------------------------------|---------|--------------------|-------------------------|------------------|
| ENTREGA DA 1° PARCELA | | | | | |
| 1 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | P | 300 | 150 | 1° Parcela |
| 2 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | M | 300 | 150 | |
| 3 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | G | 500 | 250 | |
| 4 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | GG | 300 | 150 | |
| 5 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXG | 500 | 250 | |
| 6 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXGG | 100 | 100 | |
| 7 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | P | 200 | 100 | |
| 8 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | M | 200 | 100 | |
| | | | | | |

| | | | | | |
|-----------------------|---|------|-----|-----|---|
| 9 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | G | 300 | 150 | 30 dias corridos a partir da emissão da nota de empenho |
| 10 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | GG | 200 | 100 | |
| 11 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | EXG | 300 | 150 | |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa Cinza Manga Longa | GG | 100 | 100 | |
| 13 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | GG | 50 | 50 | |
| 14 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | EXG | 205 | 205 | |
| 15 | Blusa Cirúrgica Azul | P | 60 | 60 | |
| ENTREGA DA 2° PARCELA | | | | | |
| 1 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | P | 300 | 150 | 2° Parcela 30 dias corridos a partir da 1° entrega |
| 2 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | M | 300 | 150 | |
| 3 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | G | 500 | 250 | |
| 4 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | GG | 300 | 150 | |
| 5 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXG | 500 | 250 | |
| 6 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXGG | 100 | 0 | |
| 7 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | P | 200 | 100 | |
| 8 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | M | 200 | 100 | |
| 9 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | G | 300 | 150 | |
| | | | | | |

| | | | | |
|-----------|---|-----|-----|-----|
| 10 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | GG | 200 | 100 |
| 11 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | EXG | 300 | 150 |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa Cinza Manga Longa | GG | 100 | 0 |
| 13 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | GG | 50 | 0 |
| 14 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | EXG | 205 | 0 |
| 15 | Blusa Cirúrgica Azul | P | 60 | 0 |

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dias) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Avenida Doutor Arnaldo, 165 – Cerqueira Cesar – Pacaembu, São Paulo – CEP: 01246-900 – Instituto de Infectologia Emilio Ribas – Serviço de Lavanderia Rouparia e Costura.

Garantia manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. 6.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2 Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. 7.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (Dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (Dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. 8.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto com entrega parcelada não contínuo.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.21 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.22 Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional, escrever, por extenso, a entidade profissional competente em plena validade;

8.22.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

Outras comprovações

8.23 Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. 9.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. 10.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/090183

II) Fonte de Recursos: 150010002

III) Programa de Trabalho: 090606/10302093048500000

IV) Elemento de Despesa: 33903031

V) Plano Interno: Não se aplica

10.3 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXO

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Descrição da necessidade

O presente tem por objeto a aquisição de enxoval hospitalar, conjunto de roupa privativa destinado ao atendimento assistencial de pacientes e ao uso dos profissionais de saúde do Instituto, hospital de médio porte especializado no tratamento de doenças infectocontagiosas.

Verifica-se, atualmente, expressiva redução do quantitativo de peças em condições adequadas de uso, em razão do desgaste natural decorrente de sucessivos processos de lavagem, desinfecção e esterilização, próprios

do ambiente hospitalar. Grande parte do enxoval existente apresenta perda de integridade do tecido, rasgos, manchas permanentes e comprometimento das características de barreira microbiológica, fatores que inviabilizam sua permanência em circulação e impõem a necessidade de substituição imediata.

Soma-se a esse cenário o futuro aumento da capacidade instalada da unidade, decorrente das obras de ampliação e reforma do Instituto, com previsão de incremento do número de leitos e da oferta de serviços assistenciais. Tal expansão implicará elevação proporcional do consumo diário de enxoval, tornando indispensável o redimensionamento do quantitativo disponível, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade da assistência prestada.

As peças a serem adquiridas deverão contemplar todos os tamanhos necessários ao adequado atendimento dos usuários, desde o tamanho Pequeno até o Extra Grande Grande, considerando a diversidade do perfil antropométrico dos pacientes e colaboradores. O enxoval hospitalar constitui insumo essencial à prática assistencial, sendo indispensável para a realização segura de procedimentos, para a humanização do cuidado e para a preservação da dignidade do paciente durante a internação.

Destaca-se, ainda, que a disponibilização de enxoval em condições apropriadas de uso está diretamente relacionada à segurança dos profissionais de saúde e às ações de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). Tecidos íntegros e devidamente processados atuam como barreira física contra agentes biológicos, contribuindo para a redução de riscos ocupacionais e para a quebra da cadeia de transmissão de patógenos, aspecto especialmente sensível em instituição voltada ao tratamento de doenças infectocontagiosas.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de aquisição de novo enxoval hospitalar, conjunto de roupa privativa, em quantitativo e especificações compatíveis com a atual demanda assistencial e com a futura ampliação do Instituto, garantindo a continuidade dos serviços, a segurança sanitária, à conformidade com as normas da Vigilância Sanitária e as boas práticas de controle de infecção hospitalar.

Área requisitante

Serviço de Lavanderia, Rouparia e Costura.

Descrição dos requisitos da contratação

A presente contratação tem por finalidade a **aquisição de enxoval hospitalar consistente exclusivamente em Conjunto de Roupa Privativa**, destinado ao uso de colaboradores provenientes a assistência dos pacientes internados em hospital de médio porte especializado no tratamento de doenças infectocontagiosas, com vistas à manutenção das condições adequadas de assistência, biossegurança e controle de infecções hospitalares. Registra-se expressamente que os conjuntos de roupa privativa devem ser padronizados pela instituição.

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade pública, evidenciando a solução mais adequada e vantajosa para a Administração. A aquisição do conjunto de roupa privativa enquadra-se como bem comum, com especificações usuais de mercado e padrões de desempenho objetivamente definidos, razão pela qual a contratação deverá ser processada por meio da **modalidade Pregão, na forma eletrônica**, adotando-se o **tipo de licitação menor preço**, em conformidade com os princípios da competitividade, economicidade e eficiência administrativa.

O objeto da aquisição compreende o fornecimento de **conjuntos de roupa privativa hospitalar**, confeccionados em tecido apropriado ao uso assistencial, resistentes a lavagens frequentes, altas temperaturas e produtos saneantes, com baixa liberação de fiapos e características que favoreçam o conforto térmico e a segurança dos colaboradores e pacientes. As peças deverão atender integralmente a **todos os tamanhos, do Pequeno ao Extra Grande Grande**, garantindo adequação aos diferentes perfis de usuários, preservando a dignidade, a mobilidade e o bem-estar durante o período de uso.

Os materiais deverão observar as normas sanitárias vigentes, as recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e os protocolos institucionais de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.

Constituem obrigações da contratada o fornecimento de peças novas, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, garantindo padrão de qualidade, resistência e durabilidade compatíveis com a rotina hospitalar. Caberá ainda à contratada realizar a entrega do enxoval devidamente acondicionado, identificado por tamanho, livre de quaisquer sujidades ou avarias, responsabilizando-se pelo transporte adequado e pela substituição imediata de itens que apresentem defeitos de fabricação ou inconformidades técnicas.

A contratada deverá observar rigorosamente os prazos pactuados, ficando estabelecido que a **entrega do 1º lote de enxoval deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contados da emissão da nota de empenho, sem prejuízo de cronograma específico a ser definido neste Estudo Técnico Preliminar, no Item Descrição da Solução como um Todo e no Termo de Referência. O descumprimento das obrigações ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

A Administração, por sua vez, será responsável pela fiscalização do contrato, conferência quantitativa e qualitativa dos produtos recebidos e atesto da conformidade com as especificações exigidas. O dimensionamento do quantitativo considerará o número atual de leitos, a taxa média de ocupação, a rotatividade de pacientes e o acréscimo projetado com a ampliação da unidade, de modo a assegurar estoque suficiente para a continuidade da assistência sem riscos de desabastecimento.

Diante desses elementos, a aquisição deverá ser feita de forma global, tendo em vista a necessidade da padronização e personalização do tecido. Portanto o fornecedor deverá fazer proposta para o conjunto e aquisição de todos os itens deste processo.

Levantamento de mercado

O levantamento de mercado que ocorrerá para subsidiar a futura contratação destinada à aquisição de enxoval hospitalar, especificamente conjunto de roupa privativa, será desenvolvido em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao dever de planejamento, à busca da proposta mais vantajosa e à observância dos princípios da eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público. A análise visa considerar o cenário atual da instituição, caracterizado pela elevada quantidade de baixa de peças têxteis desgastadas e sem condições de uso, bem como a perspectiva de aumento da capacidade assistencial em razão da ampliação e reforma do hospital, com consequente incremento do número de leitos e da demanda por enxoval.

Examinaremos as condições existentes no mercado nacional de produtos têxteis hospitalares, identificando-se há presença de fabricantes e distribuidores com experiência consolidada no atendimento a serviços de saúde, inclusive unidades voltadas ao tratamento de doenças infectocontagiosas. A pesquisa contemplará aspectos relacionados à reputação das empresas, histórico de fornecimento para órgãos públicos e privados, capacidade produtiva instalada, atendimento às normas sanitárias vigentes, certificações de qualidade e aptidão para fornecimento regular e contínuo. Também avaliaremos as diferentes formas de fornecimento praticadas, com ênfase na aquisição direta de peças novas, modelo que assegura a incorporação patrimonial do enxoval e maior autonomia na gestão interna.

O estudo buscará verificar a aderência dos produtos ofertados às necessidades assistenciais do hospital, observando requisitos técnicos como resistência dos tecidos aos processos de lavagem e desinfecção hospitalar, conforto ergonômico, padronização de modelagem e disponibilidade de tamanhos que atendam desde o Pequeno até o Extra Grande Grande, garantindo adequada cobertura a todos os perfis de usuários. Considerando, ainda, a capacidade dos fornecedores de assegurar reposição em prazos compatíveis com a rotina hospitalar, rastreabilidade das peças, padronização visual e atendimento às recomendações dos serviços de controle de infecção hospitalar.

No que se refere aos aspectos econômicos, analisaremos preços praticados em contratações similares, consultas a bancos oficiais de preços, propostas comerciais preliminares e atas de registro de preços de outros

entes públicos, de modo a obter parâmetro realista de valores e avaliar a competitividade do setor. Será verificado se o mercado apresenta pluralidade de fornecedores aptos a atender ao objeto pretendido, com variações de custo relacionadas à qualidade da matéria-prima, gramatura do tecido, tecnologia de acabamento e volume de aquisição, permitindo a definição de especificações que conciliem qualidade, durabilidade e melhor relação custo-benefício.

À luz do disposto nos artigos 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021, o levantamento visa demonstrar a existência de soluções capazes de atender integralmente à necessidade administrativa, evidenciando a viabilidade técnica e econômica da contratação. A análise permitira concluir que a aquisição de enxoval privativo constitui medida indispensável para a continuidade e qualificação da assistência, para a segurança dos profissionais de saúde e para o adequado controle de infecções, sobretudo em instituição dedicada ao atendimento de pacientes com doenças infectocontagiosas.

Dessa forma, demonstraremos que o mercado mostra-se apto e suficientemente estruturado para o fornecimento pretendido, recomendando-se que o futuro processo licitatório estabeleça critérios objetivos de qualificação técnica, exigências compatíveis com a complexidade do objeto e parâmetros de qualidade que assegurem a efetividade do investimento público, em conformidade com o planejamento institucional e com as disposições da legislação vigente.

Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de enxoval hospitalar referente exclusivamente ao **conjunto de roupa privativa**, destinado ao atendimento das necessidades assistenciais de um hospital de médio porte voltado ao tratamento de doenças infectocontagiosas. O fornecimento tem como finalidade suprir a demanda decorrente da assistência a pacientes internados, pronto atendimento, profissionais que atuam diretamente na área da saúde, bem como acompanhantes, visitantes e usuários do Sistema Único de Saúde, garantindo condições adequadas de biossegurança, humanização do cuidado e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde.

A contratação fundamenta-se nos princípios e diretrizes estabelecidos pela **Lei nº 14.133/2021**, que institui normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, e pela **Lei nº 10.520/2002**, que disciplina a modalidade pregão, aplicando-se, no presente caso, o **pregão eletrônico**, tendo como **tipo de licitação o menor preço**, por se tratar de aquisição de bens comuns com especificações usuais de mercado e critérios de julgamento objetivamente definidos. Tal modalidade revela-se a mais adequada para assegurar competitividade, economicidade e transparência, em consonância com o interesse público e com o planejamento institucional.

A necessidade da contratação decorre da expressiva quantidade de peças atualmente baixadas por desgaste natural e impossibilidade de reutilização, situação que compromete a disponibilidade do enxoval e impacta diretamente a continuidade dos serviços assistenciais. Soma-se a esse cenário o futuro aumento do número de leitos, resultante do processo de ampliação e reforma da unidade hospitalar, o que demandará ampliação proporcional do quantitativo de roupas privativas para atendimento seguro e eficiente da nova capacidade instalada.

As peças a serem adquiridas deverão contemplar todos os tamanhos, desde **Pequeno até Extra Grande Grande**, observando padrões técnicos de qualidade, resistência, ergonomia e conforto, compatíveis com o uso hospitalar contínuo e com os protocolos de higienização e desinfecção aplicáveis a ambiente de alta complexidade. O enxoval privativo constitui insumo imprescindível para a assistência ao paciente, pois contribui para a proteção dos profissionais de saúde, redução da disseminação de microrganismos, padronização dos processos de trabalho e preservação da dignidade dos usuários atendidos.

O objeto da contratação compreende o fornecimento integral do conjunto de roupa privativa, novo e sem uso, devidamente acondicionado, identificado e em conformidade com as especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência. Compete ao contratado garantir a procedência dos materiais, a observância às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, às normas técnicas da ABNT aplicáveis, bem como às legislações trabalhistas, ambientais e sanitárias vigentes, responsabilizando-se por vícios de qualidade, defeitos de fabricação e substituição de itens que não atendam aos requisitos exigidos.

Constituem ainda obrigações da contratada o cumprimento dos prazos pactuados, a apresentação de amostras quando solicitado, a garantia mínima dos produtos, o fornecimento de laudos ou certificações quando aplicáveis, e o suporte logístico necessário para a entrega no endereço indicado pela Administração. A entrega do 1º lote de enxoval deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias contados da emissão da nota de empenho**, sem prorrogações.

A responsabilidade da contratada abrangerá todas as etapas do fornecimento, incluindo transporte, seguro, carga e descarga, sem quaisquer ônus adicionais ao contratante, devendo observar critérios de sustentabilidade e racionalidade no uso de recursos. Caberá à Administração acompanhar e fiscalizar a execução contratual, aplicando as sanções previstas em lei nos casos de inexecução parcial ou total, atraso injustificado ou descumprimento das especificações.

Dessa forma, a solução apresentada mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para assegurar a regularidade do abastecimento de roupa privativa, elemento essencial ao funcionamento do hospital, à segurança dos trabalhadores e ao adequado atendimento da população usuária do SUS, atendendo aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e proteção à saúde coletiva.

Os produtos devem apresentar no mínimo as seguintes características:

Quadro 1: Descrição do Enxoval

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|------|--|
| 01 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Na Cor Azul; Tamanho P; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. |
| 02 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Na Cor Azul; Tamanho M; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorido; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. |
| 03 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho G; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR AZUL |
| 04 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho GG; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL |

| | |
|----|--|
| 05 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho EXG ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL |
| 06 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho EXGG ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/-5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorido; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL |
| 07 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algoão; 100%; Colorido; Tamanho P ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Colorida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO. |
| 08 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho M ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO |
| 09 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho G ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO |
| 10 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100\$; Colorido; Tamanho Gg ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO |
| 11 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho Exg ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; |

| | |
|----|---|
| | Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho GG ; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Comprida Com Punho para Isolamento , Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; COR CINZA |
| 13 | Calca para Centro Cirurgico; Em Tecido 100% Algodão; Calça Com Elástico e Cordão Rebatido Com Travete; No Tamnho Gg ; Colorida; Reutilizavel Com Resistência a Lavagem Industrial; Logotipo Oficial Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Atendado a Legislação Atual Vigente; NA COR AZUL |
| 14 | Calca para Centro Cirurgico; Em Tecido 100% Algodão; Calça Com Elástico e Cordão Rebatido Com Travete; No Tamanho Exg ; Colorida; Reutilizavel Com Resistência a Lavagem Industrial; Logotipo Oficial Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Atendendo a Legislação Vigente; NA COR AZUL |
| 15 | Blusa Cirúrgica; Em tecido 100% Algodão; Tipo Bata Hospitalar com bolsos frontais inferiores, porta crachá; Decote Redondo; Manga curta tipo Raglan; No Tamanho P ; Colorido; Reutilizavel resistente a lavagem industrial; Logotipo Oficial em estampa corrida; Embalado em material que garanta a integridade do produto; Atendendo a legislação atual vigente. NA COR AZUL . |

Especificações Técnicas dos Tamanhos para composição do Termo de Referência.

Os demonstrativos dos enxovais deverão atender as seguintes especificações técnicas.

- Tabela de Medidas para peças prontas – Conjunto Cirúrgico Privativo**

| ITEM | SIAFISICO/ CATMAT | DESCRIPTIVO DO PRODUTO | MODELO | TIPO DE MEDIDA | COR | COMPOSIÇÃO DO TECIDO | TAMANHO |
|------|----------------------|-----------------------------------|---|-------------------|------|-------------------------|----------|
| 1 | 6523072 605080 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | P |
| 2 | 6523366 605081 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | M |
| 3 | 6523382 605082 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | G |

| | | | | | | | |
|----------|----------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|--------|------|--------------|-------------|
| 4 | 6523390 605087 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | GG |
| 5 | 6523404 605083 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | EXG |
| 6 | 6523757 6119996 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | EXGG |

| ITEM | SIAFISICO/ CATMAT | DESCRIPTIVO DO PRODUTO | MODELO | TIPO DE MEDIDA | COR | COMPOSIÇÃO DO TECIDO | TAMANHO |
|----------|---------------------------------|------------------------------|------------------------------------|-------------------|----------|-------------------------|-----------|
| 1 | 6523773 605080 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | P |
| 2 | 6523781 605081 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | M |
| 3 | 6523382 605082 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | G |
| 4 | 6523390 605083 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | GG |
| 5 | 6523404 | | | | | | |

| | | | | | | | |
|--|---------------|-----------------------------|------------------------------------|--------|----------|--------------|------------|
| | 605083 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | EXG |
|--|---------------|-----------------------------|------------------------------------|--------|----------|--------------|------------|

| ITEM | SIAFISICO/ CATMAT | DESCRIPTIVO DO PRODUTO | MODELO | TIPO DE MEDIDA | COR | COMPOSIÇÃO DO TECIDO | TAMANHO |
|----------|----------------------|-----------------------------|------------------------------------|----------------|-------|----------------------|-----------|
| 1 | 6523455 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA LONGA | ADULTO | CINZA | 100% ALGODÃO | GG |

| ITEM | SIAFISICO/ CATMAT | DESCRIPTIVO DO PRODUTO | MODELO | TIPO DE MEDIDA | COR | COMPOSIÇÃO DO TECIDO | TAMANHO |
|----------|----------------------|-----------------------------|-------------------|----------------|------|----------------------|------------|
| 1 | 6544096 | CALÇA PARA CENTRO CIRÚRGICO | CALÇA COMPRIDA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | GG |
| 2 | 6544126 | CALÇA PARA CENTRO CIRÚRGICO | CALÇA COMPRIDA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | EXG |
| 3 | | BLUSA CIRÚRGICA | BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100 % ALGODÃO | P |



TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇAS PRONTAS - BLUSA (CM)

| ITENS | NUMERAÇÃO DE TOLERÂNCIA | P | M | G | GG | EXG | EXGG |
|------------------------|-------------------------|--------|--------|--------|----------|---------|--------|
| Tórax (circunferência) | De -1 a +1 | 121 | 127 | 133 | 139 | 145 | 170 |
| Ombro a ombro | De -1 a +1 | 51 | 54 | 57 | 60 | 63 | 75 |
| Comprimento da manga | De -0,5 a +0,5 | 22 | 24 | 26 | 28 | 30 | 32 |
| Comprimento | De -1 a +1 | 67 | 69 | 74 | 76 | 78 | 90 |
| Bolso | De -0,5 a +0,5 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 |
| Tarja | - | Gola | Gola | Gola | Gola | Gola | Gola |
| Tarja (Cor) | - | Verde | Azul | Branca | Vermelha | Amarela | Preta |
| Gola | De -1 a +1 | Careca | Careca | Careca | Careca | Careca | Careca |

TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇAS PRONTAS - CALÇA (CM)

| ITENS | NUMERAÇÃO DE TOLERÂNCIA | P | M | G | GG | EXG | EXGG |
|--|-------------------------|-------|------|--------|----------|---------|-------|
| Cintura diâmetro com elástico em repouso | De -1 a +1 | 90 | 92 | 94 | 96 | 98 | 102 |
| Quadril diâmetro | De -1 a +1 | 108 | 114 | 120 | 128 | 138 | 150 |
| Gancho Dianteiro | De -0,5 a +0,5 | 33 | 35 | 37 | 39 | 41 | 44 |
| Gancho Traseiro | De -1 a +1 | 36 | 38 | 40 | 42 | 44 | 47 |
| Comprimento c/ cócs | De -0,5 a +0,5 | 102 | 104 | 108 | 110 | 112 | 115 |
| Tarja na altura do bolso | De -0,5 a +0,5 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Tarja (Cor) | - | Verde | Azul | Branca | Vermelha | Amarela | Preta |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|------------|----|----|----|----|----|----|
| Profundidade do bolso lateral dianteiro (bolso em faca) | De -1 a +1 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |
|---|------------|----|----|----|----|----|----|

Especificações Técnicas dos Tecidos conforme Termo de Referência, como segue;

Dos Tecidos

Composição do Tecido em Cretone de 1ª qualidade, 100% Algodão com gramatura de no mínimo 200g/m2, quando houver, densidade da trama de 180 Fios, dentre outros tecidos; tolerância conforme o siafísico combinado com a tabela de medidas; tecido cretone 100% algodão gramatura 200g/m2 em tela 1x1 quando houver; tecido de Algodão 100% cardado, Ligamento: Sarja 2x1; Gramatura: 210/g/22 quando houver; Tecido 100% algodão gramatura 300g/m2, construção de felpas;

Tecido em brim, tela 3/1, 100% Algodão, camada Dupla quando houver; Tecido em brim Solasol, 100% Algodão, gramatura 240g/m2 quando houver; tecido 100% Algodão, gramatura de 172g/m2, em tela, armação de felpa, quando houver. Tecido misto, 50% Algodão e 50% Poliéster; gramatura de 200G/m2, ligamentos em tela; densidade do Urdume de 107 Fios; densidade da trama de 75 Fios; tecido antialérgico; dupla face quando houver; todos os tecidos deverão ser Pré-lavado e Pré-encolhido, reutilizável, resistente a alta temperatura e processo de lavagem hospitalar industrial, as cores e demais especificações deverão ser observados no demonstrativo conforme especificado no Quadro 1 – Descrição do Enxoval.

Da Costura

Costuras com máquina 1 agulha ponto fixo; vista e pespontos, em máquina de interlock bitola mínima 10mm para o fechamento das laterais, travetes no acabamento da vista e início da abertura traseira, no acabamento Overlock nas partes desfiantes do tecido, Pesponto com pontos graúdos para prender a parte costurada. Chulear, Alinhavar e Coser de modo que não se desfie. Pontos por cm: 4,0 a 4,5 em todas as costuras, quando houver. Costura dupla e reforçadas de tal forma que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados. Costura máquina Reta 1 Agulha, ponto fixo, pesponto; com arremates nas extremidades das costuras, no caso do conjunto será composto de blusa e calça, quando houver. tolerância conforme o siafísico combinado com a tabela de medidas;

Costura em interlock bitola mínima de 7mm para o fechamento das laterais, ombros e mangas, mangas curtas com bainhas fixa, fixação da gola, pala, bolsos, bainhas, barra e pespontos em máquina 1 agulha ponto fixo, arremates nos cantos do bolso quando houver.

Tarja nas cores definidas conforme descrição do Subitem, “DAS TARJAS”, previsto neste Estudo Técnico Preliminar, no Item Descrição da Solução Como Um Todo, ou seja, costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça, elástico de 3 cm ou mais, com costura reforçada nas calças, quando houver e resistente a alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial. Amarras nas costas no caso de aventais de tecido, com barrigueira. Costuras com máquina 1 agulha ponto fixo para colocação de cós, fixação dos bolsos, vista e pespontos em máquina 1 agulha ponto corrente para o fechamento das laterais entrepernas (costura aberta com as bordas orverlocadas), com máquina 2 agulhas defasadas ponto corrente para o fechamento do gancho traseiro (costura aberta com as bordas overlocadas), travetes nos cantos dos bolsos e no acabamento da vista, overlock nas partes desfiantes do tecido, pontos por cm de 3,5 a 4,0 em todas as costuras, quando houver. Mangas com elástico, punho com 11 cm (quando houver), de boa qualidade e resistente a alta temperatura e ao Processo de Lavagem Industrial; Todas as costuras deverão ser resistentes a alta temperatura e ao processo de lavagem Hospitalar Industrial.

Dos Aviamentos

Linha tipo 80 poliéster/algodão ou 100% poliéster para fechamento e pespontos. Título 120 e filamento para costuras de Overlock; boa qualidade e resistente ao processo de lavagem hospitalar industrial; Linhas na cor do Tecido.

Linha de tipo 120, poliéster/algodão ou 100% poliéster para os fechamentos, caseados, pespontos e pregar botões e filamentos para overlock; Fechamento e pespontos. Botão perolizados 2 furos de 20mm de diâmetro boa qualidade e resistente alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial; Cadarço correção na cor do Tecido quando houver; Elástico de 3 centímetros ou mais, quando houver; Linhas na cor do Tecido; Botões extras na parte interna; Botões de pressão na cor do tecido, na falta deste, a cores serão definidas e autorizada pelo contratante (exemplo: branco, alumínio, etc); o botão de pressão deverá ser boa qualidade, resistente a alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial.

Etiqueta de Garantia Total

Garantia, fornecida pelo fabricante do tecido e/ou confeccionista contra defeitos aparentes e/ou latentes, visando o atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e o Regulamento Técnico de Etiquetagem de Produtos Têxteis - Resolução n. 02, de 06 de maio de 2008 do CONMETRO; abrangendo os tecidos (encolhimento, resistência e solidez) e a respectiva confecção (corte, costura, aviamentos e medidas), Tratamento de cuidado para conservação através de símbolos e/ou textos (ISO 3758 ou NBR 8719); excluindo-se os casos de uso ou manutenção inadequados das roupas por parte dos usuários.

Deverá constar na etiqueta obrigatoriamente:

Composição têxtil do produto; Nome ou razão social do fabricante do tecido e/ou confeccionista; Identificação fiscal do fabricante do tecido e/ou confeccionista (CNPJ); País de origem; Indicação de tamanho de acordo com o tipo confeccionado e símbolos; as letras legíveis, claramente visíveis e precisam ter no mínimo dois milímetros; as informações da etiqueta não podem ser contraditórias e devem ser colocadas de forma permanente de modo que não apague e acompanhe a vida útil do produto têxtil, informação se é de 100% algodão e/ou algodão 100%. No caso de o produto contar com mais de 85% de uma das fibras não há necessidade de detalhar o resto, caso contrário é preciso citar a composição completa como, por exemplo, 75% poliamida e 25% elastano.; A legislação é clara e pede que cada fibra esteja discriminada na composição; O tamanho da peça deve ser citado com as letras, como por exemplo: P, M e G e, ser for tamanho único deverá estar escrito por extenso ("Tamanho Único").

As etiquetas deverão ser fixadas:

Avental na parte interna/costura no centro. Blusa lado interno da gola/costura no centro, Calça lado interno /costura no centro, e campo cirúrgico lado interno no meio; poderá colocar uma ou mais etiquetas no produto, mas tem que ficar atento às informações obrigatórias. Não são aceitas abreviaturas ou simbologias técnicas e o texto deve estar escrito sem abreviações, visto que a legislação atual não permite abreviações.

As etiquetas deverão ser de boa qualidade, de tecido antialérgico e, costuradas de tal modo que não machuque e/ou agride a pele dos pacientes, evitando feridas, coceiras e eventuais machucados.

DEMONSTRATIVOS DOS ENXOVAIS DEVERÃO ATENDER:

PERSONALIZAÇÃO NOS TECIDOS:

Todas as peças deverão "POSSUIR PERSONALIZAÇÃO EM CILINDRO/ESTAMPA CORRIDA" em toda a sua extensão exceto o Cobertor que deverá possuir nas extremidades, tecido com identificação de acordo com o Logotipo do Instituto, 8 logotipos. Serão desclassificadas as amostras de qualquer outro tipo de estampa em desacordo com o especificado neste Estudo Técnico ainda, a personalização em cilindro deverá ser de acordo com o Logotipo do Instituto com as seguintes descrições:

O "ER", o símbolo da figura do Instituto e a frase "EXCLUSIVA PARA USO HOSPITALAR" deverão ser na cor AZUL ESCURO, já as letras que compõem o nome do Instituto de Infectologia EMILIO RIBAS na cor PRETA, conforme demonstrado nas figuras abaixo:



**EXCLUSIVO PARA
USO
HOSPITALAR**

A medida das letras deverão ser no mínimo dois centímetros de altura, o formato da letra maiúscula do logo (corpo) e da frase são calibri.

A Medida do logo e da frase deverão ser DE 10 CM X 10 CM (Larg. X Alt.). A estampa deve ser intercalada com logo e a frase, a distância de um logo para o outro deverá ser de 15 cm, e nesse espaço deverá conter a frase, conforme mostra exemplo da imagem abaixo:



Das Tarjas

As tarjas para identificação dos tamanhos costurada nas peças de conjuntos privativos e pijamas deverão ser identificadas conforme especificação descrita abaixo:

- A blusa e a calça no tamanho **Pequeno** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR verde**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Médio** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR Azul**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Grande** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR branca**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.

- A blusa e a calça no tamanho **Extra Grande** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR vermelha**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Extra Grande Grande** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR amarela**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Extra Grande Grande Grande (obesos)** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR Preta**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.

Das Amostras

A empresa ofertante deverá retirar a **PEÇA PILOTO** neste Instituto, na Diretoria de Serviço de Lavanderia Rouparia e Costura no horário: 07h00min às 16h00min horas, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis após a aprovação da proposta**, para a confecção da “AMOSTRA”.

Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 165 – Cerqueira Cesar – Pacaembu, São Paulo – CEP: 01246-900 – Instituto de Infectologia Emilio Ribas.

A empresa ofertante deverá devolver a **PEÇA PILOTO** e entregar a **AMOSTRA** neste Instituto, na Diretoria de Serviço de Lavanderia Rouparia e Costura no horário: 07h00min às 16h00min horas, no prazo máximo de **05 (três) dias úteis após a retirada da peça piloto**. Isto se faz necessário, para que possamos constatar e comprovar a qualidade do tecido da amostra, sua gramatura, estamparia, sua costura e a sua resistência à alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial. O cumprimento dos prazos acima descritos é de extrema importância, visto que, a amostra será encaminhada para empresa terceirizada de lavanderia Industrial Hospitalar e submetida à lavagem industrial, com emissão de laudo.

A empresa vencedora deverá enviar uma unidade de amostra de cada item, para verificação e comprovação das especificações solicitadas. As peças deverão passar por processo de pré-encolhimento. Em seu acabamento as peças devem estar limpas, íntegras e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados.

As amostras serão submetidas a três lavagens consecutivas para avaliação dos seguintes itens conforme a ABNT NBR 13734/2016:

- Lavabilidade;
- Resistência a altas temperaturas;
- Resistência a tração quando molhado;
- Resistência aos ácidos, álcalis, branqueadores, alvejantes e desinfetantes;
- Firmeza dos corantes nos processos de lavagem (Personalização em cilindro/estampa corrida em toda a sua extensão);
- Percentual de encolhimento;
- Capacidade de absorção de água.

DAS EMBALAGENS.

A CONTRATADA deverá embalar as peças em saco plástico transparente e selado de forma individual, por tamanho de peça, conforme descrito na tabela de materiais constante nesse estudo.

As peças deverão ser agrupadas e acondicionadas em caixas de papelão ondulado, tipo duplex. Na face externa de cada caixa deverá ser afixada uma etiqueta contendo a descrição completa das peças e as suas quantidades.

Em caso de não conformidade do acondicionamento e identificação das peças, conforme descrito acima, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para regularização, de acordo com os prazos estabelecidos em Edital.

DA ENTREGA E DA VALIDADE DO PRODUTO.

Após aprovação da “AMOSTRA” o prazo da entrega dos materiais confeccionados dar-se-ão de forma parcelada, sendo a 1º entrega em até 30 (trinta dias) corridos, contados da Emissão da Nota de Empenho, conforme demonstrada no quadro abaixo.

| Item | Descritivo do Produto | Tamanho | Quantitativo Total | Quantitativo da entrega | Prazo de Entrega |
|-----------------------|---|---------|--------------------|-------------------------|--|
| ENTREGA DA 1° PARCELA | | | | | |
| 1 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | P | 300 | 150 | <div>1° Parcela</div> <div>30 dias corridos a partir da emissão da nota de empenho</div> |
| 2 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | M | 300 | 150 | |
| 3 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | G | 500 | 250 | |
| 4 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | GG | 300 | 150 | |
| 5 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXG | 500 | 250 | |
| 6 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXGG | 100 | 100 | |
| 7 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | P | 200 | 100 | |
| 8 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | M | 200 | 100 | |
| 9 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | G | 300 | 150 | |
| 10 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | GG | 200 | 100 | |
| 11 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | EXG | 300 | 150 | |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa Cinza Manga Longa | GG | 100 | 100 | |
| 13 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | GG | 50 | 50 | |
| 14 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | EXG | 205 | 205 | |
| 15 | Blusa Cirúrgica Azul | P | 60 | 60 | |
| ENTREGA DA 2° PARCELA | | | | | |
| 1 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | P | 300 | 150 | |

| | | | | | |
|-----------|--|------|-----|-----|---|
| 2 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | M | 300 | 150 | 2º Parcela 30 dias corridos a partir da 1º entrega |
| 3 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | G | 500 | 250 | |
| 4 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | GG | 300 | 150 | |
| 5 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXG | 500 | 250 | |
| 6 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXGG | 100 | 0 | |
| 7 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | P | 200 | 100 | |
| 8 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | M | 200 | 100 | |
| 9 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | G | 300 | 150 | |
| 10 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | GG | 200 | 100 | |
| 11 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | EXG | 300 | 150 | |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa Cinza Manga Longa | GG | 100 | 0 | |
| 13 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | GG | 50 | 0 | |
| 14 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | EXG | 205 | 0 | |
| 15 | Blusa Cirúrgica Azul | P | 60 | 0 | |

Se por ventura a Nota de Empenho for encaminhada através de endereço eletrônico (e-mail corporativo), o prazo para entrega terá início no dia útil posterior ao envio, com a devida confirmação de recebimento que será impressa e juntada aos autos do processo.

Os materiais deverão ser entregues no Setor de Lavanderia, do Grupo Técnico de Gerenciamento Hospitalar de 2ª a 6ª feira das 09h00min às 16h00min horas, em embalagens adequadas, entendendo-se como tal, aquelas que acondicionam devidamente à apresentação do produto no Quadro 1 – Descrição do Enxoval.

O atestado de recebimento definitivo do material dar-se-á, após avaliação e análise da Equipe Técnica de Apoio à qual conferirá de forma criteriosa os materiais adquiridos quanto a sua embalagem, acondicionamento e quantidade das peças.

A validade dos bens/materiais deverá se de no mínimo de 12 (doze) meses a contar da entrega no almoxarifado.

Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas para a aquisição de enxoval hospitalar foi elaborada com base no diagnóstico situacional do Instituto, hospital de médio porte especializado no atendimento de doenças infectocontagiosas, que presta assistência a pacientes internados, usuários do pronto atendimento, profissionais de assistência direta à saúde, acompanhantes, visitantes e usuários do Sistema Único de Saúde. O objeto da presente contratação refere-se exclusivamente ao fornecimento de **conjunto de roupa privativa**, destinado ao uso dos profissionais e demais usuários dos serviços assistenciais, **não contemplando camisolas e pijamas**, os quais integram outra categoria de enxoval.

O levantamento quantitativo considerou o histórico de consumo dos últimos exercícios, os registros de baixa patrimonial decorrentes do desgaste natural das peças sem possibilidade de recuperação, as normas de biossegurança aplicáveis às unidades que tratam patologias infectocontagiosas e a necessidade de manutenção de estoque de segurança que assegure a continuidade do serviço sem risco de desabastecimento. Também foi projetado o impacto do futuro aumento de leitos e de áreas assistenciais, resultante da ampliação e reforma do Instituto, o que implicará crescimento proporcional da demanda por vestimentas privativas.

Conforme o Art. 125, nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133 de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25%.

Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação para aquisição de enxoval hospitalar será elaborada a partir de pesquisa de preços praticados no mercado, análise de contratos similares firmados por instituições públicas de saúde e levantamento do histórico de consumo deste Instituto. Para definição do valor estimado, serão observados parâmetros de qualidade do tecido, durabilidade compatível com processos de lavanderia hospitalar, padronização exigida para ambientes de isolamento e necessidade de atendimento a todos os tamanhos, do **Pequeno ao Extra Grande Grande**. Também serão considerados custos logísticos, garantia de reposição, exigências sanitárias e a constituição de estoque de segurança suficiente para assegurar a continuidade da assistência sem risco de desabastecimento, tendo por finalidade servir de parâmetro para julgamento das propostas, verificação de exequibilidade e garantia da vantajosidade para a Administração Pública.

A estimativa do valor da contratação demonstrará ser compatível com as necessidades institucionais e com os preços de mercado, refletindo a importância estratégica do enxoval privativo para a assistência ao paciente, para a segurança dos profissionais e para o fortalecimento das ações de prevenção e controle de infecções hospitalares, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.

Conforme preconiza o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Os valores apurados constam no Processo SEI Nº 024.00022908/2026-34 que embasa o presente procedimento licitatório, sendo mantido sob sigilo haja vista a manutenção da competitividade licitatória e necessidade de manutenção e economicidade do erário público.

Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em observância ao princípio do parcelamento previsto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a divisão do objeto em itens distintos para aquisição de conjunto de roupa privativa hospitalar revela-se medida técnica e administrativamente adequada ao interesse público.

O parcelamento contribuirá diretamente para a **regularidade do abastecimento**, permitindo entregas fracionadas e programadas conforme a demanda real da unidade hospitalar. Considerando tratar-se de hospital de médio porte voltado ao atendimento de doenças infectocontagiosas, a disponibilidade contínua de vestuário privativo é essencial para manutenção das rotinas assistenciais, biossegurança e prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde.

Além disso, o hospital encontra-se em processo de reforma estrutural com **ampliação de leitos**, o que implicará aumento progressivo do número de profissionais assistenciais e, conseqüentemente, da necessidade de conjuntos privativos. O parcelamento possibilita adequar quantitativos e cronogramas de entrega de forma escalonada, acompanhando a expansão física da unidade, evitando tanto o desabastecimento quanto o armazenamento excessivo.

Outro aspecto relevante é a mitigação de riscos: eventual atraso ou inadimplemento de fornecedor impactará apenas o item correspondente, não comprometendo integralmente o estoque de todas as peças que compõem o conjunto. Tal estratégia reforça a segurança operacional e reduz a possibilidade de interrupção na assistência ao paciente por falta de vestuário adequado.

Ademais, o parcelamento favorece maior competitividade e eficiência na execução contratual, permitindo à Administração ajustar reposições conforme índices de desgaste, perdas técnicas e variações sazonais de demanda.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto não apenas atende à legislação vigente, como também se configura instrumento estratégico para garantir abastecimento contínuo, suporte à ampliação de leitos e manutenção da qualidade e segurança da assistência prestada à população.

Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A unidade possui como contratação interdependente contrato de serviços contínuos, firmado com empresa terceirizada, cujo objeto é lavanderia nas dependências da contratada.

Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com as diretrizes e objetivos estratégicos do hospital, visando garantir a segurança na assistência para o profissional de saúde e para o paciente.

A contratação se dá em conformidade com a previsão apresentada no Planejamento Orçamentário Anual realizado com base em recursos próprios face ao consumo médio estimado do referido produto, garantindo assim a manutenção do erário sem impactos orçamentários não previstos.

Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios esperados com a contratação estão diretamente relacionados à melhoria das condições de assistência, à proteção dos trabalhadores da saúde e ao fortalecimento das ações de prevenção e controle das infecções hospitalares. A disponibilização de peças adequadas, em todos os tamanhos, do Pequeno ao Extra Grande Grande, possibilitará padronização do vestuário privativo, maior conforto ergonômico aos profissionais e redução de riscos biológicos, contribuindo para a conformidade com as normas sanitárias vigentes e com os protocolos institucionais de biossegurança.

A iniciativa proporcionará ainda ganhos de eficiência administrativa, com a recomposição do estoque mínimo necessário ao funcionamento contínuo dos serviços assistenciais, evitando interrupções de atendimento por indisponibilidade de vestimentas apropriadas. A qualidade do enxoval refletirá na imagem institucional, na humanização do cuidado e na segurança do paciente, elementos fundamentais para estabelecimentos que atendem majoritariamente usuários do SUS e casos de natureza infectocontagiosa.

A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133 de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como os princípios aplicáveis ao pregão, adotando-se a modalidade Pregão Eletrônicos, por se tratar de aquisição de bens comuns com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos. O tipo de licitação será o de menor preço, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

Dessa forma, a contratação proposta representa solução estratégica para a qualificação da assistência, para a proteção dos profissionais e para o adequado funcionamento das unidades assistenciais, atendendo ao interesse público e às diretrizes legais que regem as contratações governamentais.

Providências a serem Adotadas

Serão realizadas as seguintes providências: elaboração do termo de referência, abertura de processo licitatório, análise das propostas, seleção do fornecedor, formalização do contrato e acompanhamento da execução do contrato, bem como as providências administrativas observadas integralmente ao regime jurídico instituído pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como as disposições aplicáveis ao pregão para aquisição de bens comuns, sendo a solução que será processada por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando-se como **tipo de licitação o menor preço**, por se tratar de objeto padronizável e amplamente disponível no mercado, possibilitando disputa isonômica entre fornecedores e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A Administração ainda adotará previamente as seguintes providências: elaboração de pesquisa de preços em conformidade com os parâmetros legais, definição das especificações técnicas detalhadas, estimativa de quantitativos compatíveis com a demanda atual e futura, previsão orçamentária, análise de riscos e minuta de termo de referência. Também serão estabelecidos critérios objetivos de recebimento provisório e definitivo, mecanismos de fiscalização do contrato e penalidades para eventual descumprimento.

Possíveis Impactos Ambientais

A contratação para aquisição de enxoval hospitalar, compreendendo exclusivamente **conjuntos de roupa privativa**, apresenta impactos ambientais que devem ser analisados sob a ótica do ciclo de vida do produto, conforme preconizam as diretrizes da sustentabilidade na Administração Pública. Esses impactos estão associados, principalmente, às etapas de fabricação, transporte, uso, higienização e descarte final das peças, devendo ser mitigados por meio de critérios técnicos, normativos e legais adequadamente definidos no processo de contratação.

Nos termos do **art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, a licitação deve promover o desenvolvimento nacional sustentável, o que impõe à Administração a adoção de soluções que reduzam impactos ambientais negativos, incentivem boas práticas de produção e consumo e minimizem a geração de resíduos. Nesse sentido, a aquisição de enxoval hospitalar novo, padronizado e adequado ao uso assistencial contribui para maior durabilidade das peças, redução da frequência de reposição e diminuição do descarte prematuro de materiais têxteis.

A **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)** estabelece princípios como a prevenção e a redução na geração de resíduos, bem como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A definição de especificações técnicas que priorizem tecidos resistentes, de maior vida útil e compatível com processos industriais de lavagem e desinfecção hospitalar contribui para a mitigação de resíduos sólidos provenientes do desgaste acelerado do enxoval, além de favorecer práticas ambientalmente adequadas de reaproveitamento ou destinação final.

Sob a ótica sanitária e ambiental, a **Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA**, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, reforça a necessidade de controle rigoroso sobre resíduos contaminados e materiais têxteis inservíveis. A aquisição de conjuntos de roupa privativa em conformidade com padrões técnicos e de qualidade reduz o risco de descarte por contaminação cruzada, rasgos ou falhas estruturais, impactando positivamente na diminuição do volume de resíduos classificados como infectantes.

Adicionalmente, a **Resolução CONAMA nº 01/1986**, ao tratar da avaliação de impactos ambientais, orienta que sejam considerados os efeitos diretos e indiretos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Embora a aquisição de enxoval hospitalar não configure atividade de significativo impacto ambiental isoladamente, sua gestão inadequada pode resultar em aumento do consumo de água, energia e produtos químicos nos processos de lavagem, bem como maior geração de resíduos têxteis. Assim, a padronização do enxoval privativo e a aquisição de peças adequadas ao uso hospitalar contribuem para a racionalização desses recursos.

Por fim, a adoção de critérios ambientais na contratação está alinhada às diretrizes da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010**, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens pela Administração Pública Federal, podendo ser aplicada de forma subsidiária. A observância desses critérios permite reduzir impactos ambientais negativos, promover o uso eficiente de recursos naturais e assegurar que a contratação atenda não apenas às necessidades assistenciais do hospital, mas também às exigências legais e às boas práticas de sustentabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a contratação para aquisição de **conjunto de roupa privativa** apresenta impactos ambientais controláveis e mitigáveis, desde que observadas as normas legais, sanitárias e ambientais vigentes, contribuindo para uma gestão hospitalar mais sustentável, eficiente e alinhada aos princípios da nova Lei de Licitações.

Declaração de Viabilidade

Declarar expressamente que a contratação é viável, conforme opção apresentada pelo sistema.

A aquisição de conjunto de roupa privativa hospitalar mostra-se técnica, operacional e economicamente viável, considerando as necessidades assistenciais da unidade hospitalar de médio porte, especializada no atendimento de doenças infectocontagiosas.

Sob o aspecto **técnico**, o conjunto privativo constitui Equipamento de Proteção Individual complementar às medidas de biossegurança, destinado ao uso exclusivo em áreas assistenciais, contribuindo para redução do risco de contaminação cruzada e fortalecimento das práticas de controle de infecção hospitalar. A padronização das peças assegura conformidade com protocolos internos, normas sanitárias e diretrizes da vigilância em saúde.

No que se refere à **viabilidade operacional**, a aquisição permitirá recomposição e ampliação do estoque institucional, garantindo disponibilidade contínua aos profissionais de assistência direta, especialmente diante do aumento da demanda decorrente da ampliação de leitos e da rotatividade própria do ambiente hospitalar. A existência de quantitativo adequado evita descontinuidade na assistência ao paciente e assegura condições dignas e seguras de trabalho às equipes multiprofissionais.

Sob o aspecto **econômico**, a compra planejada, com base em estimativa de consumo médio, vida útil das peças e índice de reposição por desgaste, possibilita melhor previsibilidade orçamentária e racionalização de custos. A aquisição direta do enxoval privativo tende a representar solução mais vantajosa quando comparada a contratações emergenciais ou reposições fragmentadas, reduzindo riscos de preços elevados por urgência ou desabastecimento.

Adicionalmente, há **viabilidade de mercado**, com ampla oferta de fornecedores especializados em vestuário hospitalar, garantindo competitividade e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição do conjunto privativo é plenamente viável, necessária e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público de saúde, assegurando suporte adequado à assistência hospitalar e à proteção dos profissionais e pacientes.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REGINA CELIA CARNEIRO

Membro de banca avaliadora



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 14:12:47.

ALPETRAS MARTINS MACIEL

Membro de banca avaliadora



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 14:10:51.

ESP-INST. INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS

Estudo Técnico Preliminar 126/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00022908/2026-34

2. Descrição da necessidade

O presente tem por objeto a aquisição de enxoval hospitalar, conjunto de roupa privativa destinado ao atendimento assistencial de pacientes e ao uso dos profissionais de saúde do Instituto, hospital de médio porte especializado no tratamento de doenças infectocontagiosas.

Verifica-se, atualmente, expressiva redução do quantitativo de peças em condições adequadas de uso, em razão do desgaste natural decorrente de sucessivos processos de lavagem, desinfecção e esterilização, próprios do ambiente hospitalar. Grande parte do enxoval existente apresenta perda de integridade do tecido, rasgos, manchas permanentes e comprometimento das características de barreira microbiológica, fatores que inviabilizam sua permanência em circulação e impõem a necessidade de substituição imediata.

Soma-se a esse cenário o futuro aumento da capacidade instalada da unidade, decorrente das obras de ampliação e reforma do Instituto, com previsão de incremento do número de leitos e da oferta de serviços assistenciais. Tal expansão implicará elevação proporcional do consumo diário de enxoval, tornando indispensável o redimensionamento do quantitativo disponível, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade da assistência prestada.

As peças a serem adquiridas deverão contemplar todos os tamanhos necessários ao adequado atendimento dos usuários, desde o tamanho Pequeno até o Extra Grande Grande, considerando a diversidade do perfil antropométrico dos pacientes e colaboradores. O enxoval hospitalar constitui insumo essencial à prática assistencial, sendo indispensável para a realização segura de procedimentos, para a humanização do cuidado e para a preservação da dignidade do paciente durante a internação.

Destaca-se, ainda, que a disponibilização de enxoval em condições apropriadas de uso está diretamente relacionada à segurança dos profissionais de saúde e às ações de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). Tecidos íntegros e devidamente processados atuam como barreira física contra agentes biológicos, contribuindo para a redução de riscos ocupacionais e para a quebra da cadeia de transmissão de patógenos, aspecto especialmente sensível em instituição voltada ao tratamento de doenças infectocontagiosas.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de aquisição de novo enxoval hospitalar, conjunto de roupa privativa, em quantitativo e especificações compatíveis com a atual demanda assistencial e com a futura ampliação do Instituto, garantindo a continuidade dos serviços, a segurança sanitária, à conformidade com as normas da Vigilância Sanitária e as boas práticas de controle de infecção hospitalar.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|-------------------------|
| Serviço de Lavanderia Rouparia e Costura | Alpetras Martins Maciel |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação tem por finalidade a **aquisição de enxoval hospitalar consistente exclusivamente em Conjunto de Roupa Privativa**, destinado ao uso de colaboradores provenientes a assistência dos pacientes internados em hospital de médio porte especializado no tratamento de doenças infectocontagiosas, com vistas à manutenção das condições adequadas de assistência, biossegurança e controle de infecções hospitalares. Registra-se expressamente que os conjuntos de roupa privativa devem ser padronizados pela instituição.

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade pública, evidenciando a solução mais adequada e vantajosa para a Administração. A aquisição do conjunto de roupa privativa enquadra-se como bem comum, com especificações usuais de mercado e padrões de desempenho objetivamente definidos, razão pela qual a contratação deverá ser processada por meio da **modalidade Pregão, na forma eletrônica**, adotando-se o **tipo de licitação menor preço**, em conformidade com os princípios da competitividade, economicidade e eficiência administrativa.

O objeto da aquisição compreende o fornecimento de **conjuntos de roupa privativa hospitalar**, confeccionados em tecido apropriado ao uso assistencial, resistentes a lavagens frequentes, altas temperaturas e produtos saneantes, com baixa liberação de fiapos e características que favoreçam o conforto térmico e a segurança dos colaboradores e pacientes. As peças deverão atender integralmente a **todos os tamanhos, do Pequeno ao Extra Grande Grande**, garantindo adequação aos diferentes perfis de usuários, preservando a dignidade, a mobilidade e o bem-estar durante o período de uso.

Os materiais deverão observar as normas sanitárias vigentes, as recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e os protocolos institucionais de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.

Constituem obrigações da contratada o fornecimento de peças novas, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, garantindo padrão de qualidade, resistência e durabilidade compatíveis com a rotina hospitalar. Caberá ainda à contratada realizar a entrega do enxoval devidamente acondicionado, identificado por tamanho, livre de quaisquer sujidades ou avarias, responsabilizando-se pelo transporte adequado e pela substituição imediata de itens que apresentem defeitos de fabricação ou inconformidades técnicas.

A contratada deverá observar rigorosamente os prazos pactuados, ficando estabelecido que a **entrega do 1º lote de enxoval deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contados da emissão da nota de empenho, sem prejuízo de cronograma específico a ser definido neste Estudo Técnico Preliminar, no Item Descrição da Solução como um Todo e no Termo de Referência. O descumprimento das obrigações ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

A Administração, por sua vez, será responsável pela fiscalização do contrato, conferência quantitativa e qualitativa dos produtos recebidos e atesto da conformidade com as especificações exigidas. O dimensionamento do quantitativo considerará o número atual de leitos, a taxa média de ocupação, a rotatividade de pacientes e o acréscimo projetado com a ampliação da unidade, de modo a assegurar estoque suficiente para a continuidade da assistência sem riscos de desabastecimento.

Diante desses elementos, a aquisição deverá ser feita de forma global, tendo em vista a necessidade da padronização e personalização do tecido. Portanto o fornecedor deverá fazer proposta para o conjunto e aquisição de todos os itens deste processo.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado que ocorrerá para subsidiar a futura contratação destinada à aquisição de enxoval hospitalar, especificamente conjunto de roupa privativa, será desenvolvido em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao dever de planejamento, à busca da proposta mais vantajosa e à observância dos princípios da eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público. A análise visa considerar o cenário atual da instituição, caracterizado pela elevada quantidade de baixa de peças têxteis desgastadas e sem condições de uso, bem como a perspectiva de aumento da capacidade assistencial em razão da ampliação e reforma do hospital, com consequente incremento do número de leitos e da demanda por enxoval.

Examinaremos as condições existentes no mercado nacional de produtos têxteis hospitalares, identificando-se há presença de fabricantes e distribuidores com experiência consolidada no atendimento a serviços de saúde, inclusive unidades voltadas ao tratamento de doenças infectocontagiosas. A pesquisa contemplará aspectos relacionados à reputação das empresas, histórico de fornecimento para órgãos públicos e privados, capacidade produtiva instalada, atendimento às normas sanitárias vigentes, certificações de qualidade e aptidão para fornecimento regular e contínuo. Também avaliaremos as diferentes formas de fornecimento praticadas, com ênfase na aquisição direta de peças novas, modelo que assegura a incorporação patrimonial do enxoval e maior autonomia na gestão interna.

O estudo buscará verificar a aderência dos produtos ofertados às necessidades assistenciais do hospital, observando requisitos técnicos como resistência dos tecidos aos processos de lavagem e desinfecção hospitalar, conforto ergonômico, padronização de modelagem e disponibilidade de tamanhos que atendam desde o Pequeno até o Extra Grande Grande, garantindo adequada cobertura a todos os perfis de usuários. Considerando, ainda, a capacidade dos fornecedores de assegurar reposição em prazos compatíveis com a rotina hospitalar, rastreabilidade das peças, padronização visual e atendimento às recomendações dos serviços de controle de infecção hospitalar.

No que se refere aos aspectos econômicos, analisaremos preços praticados em contratações similares, consultas a bancos oficiais de preços, propostas comerciais preliminares e atas de registro de preços de outros entes públicos, de modo a obter parâmetro realista de valores e avaliar a competitividade do setor. Será verificado se o mercado apresenta pluralidade de fornecedores aptos a atender ao objeto pretendido, com variações de custo relacionadas à qualidade da matéria-prima, gramatura do tecido, tecnologia de acabamento e volume de aquisição, permitindo a definição de especificações que conciliem qualidade, durabilidade e melhor relação custo-benefício.

À luz do disposto nos artigos 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021, o levantamento visa demonstrar a existência de soluções capazes de atender integralmente à necessidade administrativa, evidenciando a viabilidade técnica e econômica da contratação. A análise permitira concluir que a aquisição de enxoval privativo constitui medida indispensável para a continuidade e qualificação da assistência, para a segurança dos profissionais de saúde e para o adequado controle de infecções, sobretudo em instituição dedicada ao atendimento de pacientes com doenças infectocontagiosas.

Dessa forma, demonstraremos que o mercado mostra-se apto e suficientemente estruturado para o fornecimento pretendido, recomendando-se que o futuro processo licitatório estabeleça critérios objetivos de qualificação técnica, exigências compatíveis com a complexidade do objeto e parâmetros de qualidade que assegurem a efetividade do investimento público, em conformidade com o planejamento institucional e com as disposições da legislação vigente.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição de enxoval hospitalar referente exclusivamente ao **conjunto de roupa privativa**, destinado ao atendimento das necessidades assistenciais de um hospital de médio porte voltado ao tratamento de doenças infectocontagiosas. O fornecimento tem como finalidade suprir a demanda decorrente da

assistência a pacientes internados, pronto atendimento, profissionais que atuam diretamente na área da saúde, bem como acompanhantes, visitantes e usuários do Sistema Único de Saúde, garantindo condições adequadas de biossegurança, humanização do cuidado e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde.

A contratação fundamenta-se nos princípios e diretrizes estabelecidos pela **Lei nº 14.133/2021**, que institui normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, e pela **Lei nº 10.520/2002**, que disciplina a modalidade pregão, aplicando-se, no presente caso, o **pregão eletrônico**, tendo como **tipo de licitação o menor preço**, por se tratar de aquisição de bens comuns com especificações usuais de mercado e critérios de julgamento objetivamente definidos. Tal modalidade revela-se a mais adequada para assegurar competitividade, economicidade e transparência, em consonância com o interesse público e com o planejamento institucional.

A necessidade da contratação decorre da expressiva quantidade de peças atualmente baixadas por desgaste natural e impossibilidade de reutilização, situação que compromete a disponibilidade do enxoval e impacta diretamente a continuidade dos serviços assistenciais. Soma-se a esse cenário o futuro aumento do número de leitos, resultante do processo de ampliação e reforma da unidade hospitalar, o que demandará ampliação proporcional do quantitativo de roupas privativas para atendimento seguro e eficiente da nova capacidade instalada.

As peças a serem adquiridas deverão contemplar todos os tamanhos, desde **Pequeno até Extra Grande Grande**, observando padrões técnicos de qualidade, resistência, ergonomia e conforto, compatíveis com o uso hospitalar contínuo e com os protocolos de higienização e desinfecção aplicáveis a ambiente de alta complexidade. O enxoval privativo constitui insumo imprescindível para a assistência ao paciente, pois contribui para a proteção dos profissionais de saúde, redução da disseminação de microrganismos, padronização dos processos de trabalho e preservação da dignidade dos usuários atendidos.

O objeto da contratação compreende o fornecimento integral do conjunto de roupa privativa, novo e sem uso, devidamente acondicionado, identificado e em conformidade com as especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência. Compete ao contratado garantir a procedência dos materiais, a observância às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, às normas técnicas da ABNT aplicáveis, bem como às legislações trabalhistas, ambientais e sanitárias vigentes, responsabilizando-se por vícios de qualidade, defeitos de fabricação e substituição de itens que não atendam aos requisitos exigidos.

Constituem ainda obrigações da contratada o cumprimento dos prazos pactuados, a apresentação de amostras quando solicitado, a garantia mínima dos produtos, o fornecimento de laudos ou certificações quando aplicáveis, e o suporte logístico necessário para a entrega no endereço indicado pela Administração. A entrega do 1º lote de enxoval deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias contados da emissão da nota de empenho**, sem prorrogações.

A responsabilidade da contratada abrangerá todas as etapas do fornecimento, incluindo transporte, seguro, carga e descarga, sem quaisquer ônus adicionais ao contratante, devendo observar critérios de sustentabilidade e racionalidade no uso de recursos. Caberá à Administração acompanhar e fiscalizar a execução contratual, aplicando as sanções previstas em lei nos casos de inexecução parcial ou total, atraso injustificado ou descumprimento das especificações.

Dessa forma, a solução apresentada mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para assegurar a regularidade do abastecimento de roupa privativa, elemento essencial ao funcionamento do hospital, à segurança dos trabalhadores e ao adequado atendimento da população usuária do SUS, atendendo aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e proteção à saúde coletiva.

Os produtos devem apresentar no mínimo as seguintes características:

Quadro 1: Descrição do Enxoval

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|------|-----------|
| | |

| | |
|----|--|
| 01 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Na Cor Azul; Tamanho P; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. |
| 02 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Na Cor Azul; Tamanho M; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorido; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. |
| 03 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho G; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR AZUL |
| 04 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho GG; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL |
| 05 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho EXG; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL |
| 06 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho EXGG; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/-5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorido; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL |
| 07 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho P; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Colorida; Embalado Em Material |

| | |
|----|---|
| | Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO. |
| 08 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho M ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO |
| 09 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho G ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO |
| 10 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho Gg ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO |
| 11 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho Exg ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho GG ; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Comprida Com Punho para Isolamento , Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; COR CINZA |
| 13 | Calca para Centro Cirurgico; Em Tecido 100% Algodão; Calça Com Elástico e Cordão Rebatido Com Travete; No Tamnho Gg ; Colorida; Reutilizavel Com Resistência a Lavagem Industrial; Logotipo Oficial Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Atendado a Legislação Atual Vigente; NA COR AZUL |
| 14 | Calca para Centro Cirurgico; Em Tecido 100% Algodão; Calça Com Elástico e Cordão Rebatido Com Travete; No Tamanho Exg ; Colorida; Reutilizavel Com Resistência a Lavagem Industrial; Logotipo Oficial Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Atendendo a Legislação Vigente; NA COR AZUL |
| | |

| | |
|----|--|
| 15 | Blusa Cirúrgica; Em tecido 100% Algodão; Tipo Bata Hospitalar com bolsos frontais inferiores, porta crachá; Decote Redondo; Manga curta tipo Raglan; No Tamanho P ; Colorido; Reutilizavel resistente a lavagem industrial; Logotipo Oficial em estampa corrida; Embalado em material que garanta a integridade do produto; Atendendo a legislação atual vigente. NA COR AZUL. |
|----|--|

Especificações Técnicas dos Tamanhos para composição do Termo de Referência.

Os demonstrativos dos enxovais deverão atender as seguintes especificações técnicas.

- **Tabela de Medidas para peças prontas – Conjunto Cirúrgico Privativo**

| ITEM | SIAFISICO/ CATMAT | DESCRIPTIVO DO PRODUTO | MODELO | TIPO DE MEDIDA | COR | COMPOSIÇÃO DO TECIDO | TAMANHO |
|------|----------------------|-----------------------------------|---|-------------------|------|-------------------------|-------------|
| 1 | 6523072 605080 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | P |
| 2 | 6523366 605081 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | M |
| 3 | 6523382 605082 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | G |
| 4 | 6523390 605087 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | GG |
| 5 | 6523404 605083 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | EXG |
| 6 | 6523757 6119996 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | EXGG |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

| ITEM | SIAFISICO/ CATMAT | DESCRIPTIVO DO PRODUTO | MODELO | TIPO DE MEDIDA | COR | COMPOSIÇÃO DO TECIDO | TAMANHO |
|------|----------------------|-----------------------------------|---|-------------------|----------|-------------------------|---------|
| 1 | 6523773 605080 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | P |
| 2 | 6523781 605081 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | M |
| 3 | 6523382 605082 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | G |
| 4 | 6523390 605083 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | GG |
| 5 | 6523404 605083 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | VERMELHO | 100% ALGODÃO | EXG |

| ITEM | SIAFISICO/ CATMAT | DESCRIPTIVO DO PRODUTO | MODELO | TIPO DE MEDIDA | COR | COMPOSIÇÃO DO TECIDO | TAMANHO |
|------|----------------------|-----------------------------------|---|-------------------|-------|-------------------------|---------|
| 1 | 6523455 | CONJUNTO DE ROUPA PRIVATIVA | CALÇA COMPRIDA E BLUSA MANGA LONGA | ADULTO | CINZA | 100% ALGODÃO | GG |

| ITEM | SIAFISICO/ CATMAT | DESCRIPTIVO DO PRODUTO | MODELO | TIPO DE MEDIDA | COR | COMPOSIÇÃO DO TECIDO | TAMANHO |
|------|----------------------|---------------------------|--------|-------------------|-----|-------------------------|---------|
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---------|-----------------------------|-------------------|--------|------|---------------|-----|
| 1 | 6544096 | CALÇA PARA CENTRO CIRÚRGICO | CALÇA COMPRIDA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | GG |
| 2 | 6544126 | CALÇA PARA CENTRO CIRÚRGICO | CALÇA COMPRIDA | ADULTO | AZUL | 100% ALGODÃO | EXG |
| 3 | | BLUSA CIRÚRGICA | BLUSA MANGA CURTA | ADULTO | AZUL | 100 % ALGODÃO | P |

TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇAS PRONTAS - BLUSA (CM)

| ITENS | NUMERAÇÃO DE TOLERÂNCIA | P | M | G | GG | EXG | EXGG |
|------------------------|-------------------------|--------|--------|--------|----------|---------|--------|
| Tórax (circunferência) | De -1 a +1 | 121 | 127 | 133 | 139 | 145 | 170 |
| Ombro a ombro | De -1 a +1 | 51 | 54 | 57 | 60 | 63 | 75 |
| Comprimento da manga | De -0,5 a +0,5 | 22 | 24 | 26 | 28 | 30 | 32 |
| Comprimento | De -1 a +1 | 67 | 69 | 74 | 76 | 78 | 90 |
| Bolso | De -0,5 a +0,5 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 | 20X20 |
| Tarja | - | Gola | Gola | Gola | Gola | Gola | Gola |
| Tarja (Cor) | - | Verde | Azul | Branca | Vermelha | Amarela | Preta |
| Gola | De -1 a +1 | Careca | Careca | Careca | Careca | Careca | Careca |

TABELA DE MEDIDAS PARA PEÇAS PRONTAS - CALÇA (CM)

| ITENS | NUMERAÇÃO DE TOLERÂNCIA | P | M | G | GG | EXG | EXGG |
|--|-------------------------|----|----|----|----|-----|------|
| Cintura diâmetro com elástico em repouso | De -1 a +1 | 90 | 92 | 94 | 96 | 98 | 102 |

| | | | | | | | |
|---|----------------|-------|------|--------|----------|---------|-------|
| Quadril diâmetro | De -1 a +1 | 108 | 114 | 120 | 128 | 138 | 150 |
| Gancho Dianteiro | De -0,5 a +0,5 | 33 | 35 | 37 | 39 | 41 | 44 |
| Gancho Traseiro | De -1 a +1 | 36 | 38 | 40 | 42 | 44 | 47 |
| Comprimento c/ cós | De -0,5 a +0,5 | 102 | 104 | 108 | 110 | 112 | 115 |
| Tarja na altura do bolso | De -0,5 a +0,5 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| Tarja (Cor) | - | Verde | Azul | Branca | Vermelha | Amarela | Preta |
| Profundidade do bolso lateral dianteiro (bolso em faca) | De -1 a +1 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |

Especificações Técnicas dos Tecidos conforme Termo de Referência, como segue;

Dos Tecidos

Composição do Tecido em Cretone de 1ª qualidade, 100% Algodão com gramatura de no mínimo 200g/m2, quando houver, densidade da trama de 180 Fios, dentre outros tecidos; tolerância conforme o siafisico combinado com a tabela de medidas; tecido cretone 100% algodão gramatura 200g/m2 em tela 1x1 quando houver; tecido de Algodão 100% cardado, Ligamento: Sarja 2x1; Gramatura: 210g/22 quando houver; Tecido 100% algodão gramatura 300g/m2, construção de felpas;

Tecido em brim, tela 3/1, 100% Algodão, camada Dupla quando houver; Tecido em brim Solasol, 100% Algodão, gramatura 240g/m2 quando houver; tecido 100% Algodão, gramatura de 172g/m2, em tela, armação de felpa, quando houver. Tecido misto, 50% Algodão e 50% Poliéster; gramatura de 200G/m2, ligamentos em tela; densidade do Urdume de 107 Fios; densidade da trama de 75 Fios; tecido antialérgico; dupla face quando houver; todos os tecidos deverão ser Pré-lavado e Pré-encolhido, reutilizável, resistente a alta temperatura e processo de lavagem hospitalar industrial, as cores e demais especificações deverão ser observados no demonstrativo conforme especificado no Quadro 1 – Descrição do Enxoval.

Da Costura

Costuras com máquina 1 agulha ponto fixo; vista e pespontos, em máquina de interlock bitola mínima 10mm para o fechamento das laterais, travetes no acabamento da vista e início da abertura traseira, no acabamento Overlock nas partes desfiadas do tecido, Pesponto com pontos graúdos para prender a parte costurada. Chulear, Alinhavar e Coser de modo que não se desfie. Pontos por cm: 4,0 a 4,5 em todas as costuras, quando houver. Costura dupla e reforçadas de tal forma que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados. Costura máquina Reta 1 Agulha, ponto fixo, pesponto; com arremates nas extremidades das costuras, no caso do conjunto será composto de blusa e calça, quando houver. tolerância conforme o siafisico combinado com a tabela de medidas;

Costura em interlock bitola mínima de 7mm para o fechamento das laterais, ombros e mangas, mangas curtas com bainhas fixa, fixação da gola, pala, bolsos, bainhas, barra e pespontos em máquina 1 agulha ponto fixo, arremates nos cantos do bolso quando houver.

Tarja nas cores definidas conforme descrição do Subitem, "DAS TARJAS", previsto neste Estudo Técnico Preliminar, no Item Descrição da Solução Como Um Todo, ou seja, costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça, elástico de 3 cm ou mais, com costura reforçada nas calças, quando houver e resistente a alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial. Amarras nas costas no caso de aventais de tecido, com barrigueira. Costuras com máquina 1 agulha ponto fixo para colocação de nós, fixação dos bolsos, vista e pespontos em máquina 1 agulha ponto corrente para o fechamento das laterais entrepernas (costura aberta com as bordas overlocadas), com máquina 2 agulhas defasadas ponto corrente para o fechamento do gancho traseiro (costura aberta com as bordas overlocadas), travetes nos cantos dos bolsos e no acabamento da vista, overlock nas partes desfiadas do tecido, pontos por cm de 3,5 a 4,0 em todas as costuras, quando houver. Mangas com elástico, punho com 11 cm (quando houver), de boa qualidade e resistente a alta temperatura e ao Processo de Lavagem Industrial; Todas as costuras deverão ser resistentes a alta temperatura e ao processo de lavagem Hospitalar Industrial.

Dos Aviamentos

Linha tipo 80 poliéster/algodão ou 100% poliéster para fechamento e pespontos. Título 120 e filamento para costuras de Overlock; boa qualidade e resistente ao processo de lavagem hospitalar industrial; Linhas na cor do Tecido.

Linha de tipo 120, poliéster/algodão ou 100% poliéster para os fechamentos, caseados, pespontos e pregar botões e filamentos para overlock; Fechamento e pespontos. Botão perolizados 2 furos de 20mm de diâmetro boa qualidade e resistente alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial; Caderço correção na cor do Tecido quando houver; Elástico de 3 centímetros ou mais, quando houver; Linhas na cor do Tecido; Botões extras na parte interna; Botões de pressão na cor do tecido, na falta deste, a cores serão definidas e autorizada pelo contratante (exemplo: branco, alumínio, etc); o botão de pressão deverá ser boa qualidade, resistente a alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial.

Etiqueta de Garantia Total

Garantia, fornecida pelo fabricante do tecido e/ou confeccionista contra defeitos aparentes e/ou latentes, visando o atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e o Regulamento Técnico de Etiquetagem de Produtos Têxteis - Resolução n. 02, de 06 de maio de 2008 do CONMETRO; abrangendo os tecidos (encolhimento, resistência e solidez) e a respectiva confecção (corte, costura, aviamentos e medidas), Tratamento de cuidado para conservação através de símbolos e/ou textos (ISO 3758 ou NBR 8719); excluindo-se os casos de uso ou manutenção inadequados das roupas por parte dos usuários.

Deverá constar na etiqueta obrigatoriamente:

Composição têxtil do produto; Nome ou razão social do fabricante do tecido e/ou confeccionista; Identificação fiscal do fabricante do tecido e/ou confeccionista (CNPJ); País de origem; Indicação de tamanho de acordo com o tipo confeccionado e símbolos; as letras legíveis, claramente visíveis e precisam ter no mínimo dois milímetros; as informações da etiqueta não podem ser contraditórias e devem ser colocadas de forma permanente de modo que não apague e acompanhe a vida útil do produto têxtil, informação se é de 100% algodão e/ou algodão 100%. No caso de o produto contar com mais de 85% de uma das fibras não há necessidade de detalhar o resto, caso contrário é preciso citar a composição completa como, por exemplo, 75% poliamida e 25% elastano.; A legislação é clara e pede que cada fibra esteja discriminada na composição; O tamanho da peça deve ser citado com as letras, como por exemplo: P, M e G e, se for tamanho único deverá estar escrito por extenso ("Tamanho Único").

As etiquetas deverão ser fixadas:

Avental na parte interna/costura no centro. Blusa lado interno da gola/costura no centro, Calça lado interno /costura no centro, e campo cirúrgico lado interno no meio; poderá colocar uma ou mais etiquetas no produto, mas tem que ficar atento às informações obrigatórias. Não são aceitas abreviaturas ou simbologias técnicas e o texto deve estar escrito sem abreviações, visto que a legislação atual não permite abreviações.

As etiquetas deverão ser de boa qualidade, de tecido antialérgico e, costuradas de tal modo que não machuque e/ou agride a pele dos pacientes, evitando feridas, coceiras e eventuais machucados.

DEMONSTRATIVOS DOS ENXOVAIS DEVERÃO ATENDER:

PERSONALIZAÇÃO NOS TECIDOS:

Todas as peças deverão “POSSUIR PERSONALIZAÇÃO EM CILINDRO/ESTAMPA CORRIDA” em toda a sua extensão exceto o Cobertor que deverá possuir nas extremidades, tecido com identificação de acordo com o Logotipo do Instituto, 8 logotipos. Serão desclassificadas as amostras de qualquer outro tipo de estampa em desacordo com o especificado neste Estudo Técnico ainda, a personalização em cilindro deverá ser de acordo com o Logotipo do Instituto com as seguintes descrições:

O “ER”, o símbolo da figura do Instituto e a frase “EXCLUSIVA PARA USO HOSPITALAR” deverão ser na cor AZUL ESCURO, já as letras que compõem o nome do Instituto de Infectologia EMÍLIO RIBAS na cor PRETA, conforme demonstrado nas figuras abaixo:



A medida das letras deverão ser no mínimo dois centímetros de altura, o formato da letra maiúscula do logo (corpo) e da frase são calibri.

A Medida do logo e da frase deverão ser DE 10 CM X 10 CM (Larg. X Alt.). A estampa deve ser intercalada com logo e a frase, a distância de um logo para o outro deverá ser de 15 cm, e nesse espaço deverá conter a frase, conforme mostra exemplo da imagem abaixo:



Das Tarjas

As tarjas para identificação dos tamanhos costurada nas peças de conjuntos privativos e pijamas deverão ser identificadas conforme especificação descrita abaixo:

- A blusa e a calça no tamanho **Pequeno** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR verde**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Médio** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR Azul**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Grande** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR branca**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Extra Grande** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR vermelha**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Extra Grande Grande** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR amarela**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.
- A blusa e a calça no tamanho **Extra Grande Grande Grande (obesos)** adulto deverão ser identificadas com **TARJA NA COR Preta**, e costuradas na parte inferior da gola do lado de trás da blusa (lado interno da gola) e no canto superior esquerdo da calça.

Das Amostras

A empresa ofertante deverá retirar a **PEÇA PILOTO** neste Instituto, na Diretoria de Serviço de Lavanderia Rouparia e Costura no horário: 07h00min às 16h00min horas, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis após a aprovação da proposta**, para a confecção da “AMOSTRA”.

Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 165 – Cerqueira Cesar – Pacaembu, São Paulo – CEP: 01246-900 – Instituto de Infectologia Emílio Ribas.

A empresa ofertante deverá devolver a **PEÇA PILOTO** e entregar a **AMOSTRA** neste Instituto, na Diretoria de Serviço de Lavanderia Rouparia e Costura no horário: 07h00min às 16h00min horas, no prazo máximo de **05 (três) dias úteis após a retirada da peça piloto**. Isto se faz necessário, para que possamos constatar e comprovar a qualidade do tecido da amostra, sua gramatura, estamparia, sua costura e a sua resistência à alta temperatura e ao processo de lavagem hospitalar industrial. O cumprimento dos prazos acima descritos é de extrema importância, visto que, a amostra será encaminhada para empresa terceirizada de lavanderia Industrial Hospitalar e submetida à lavagem industrial, com emissão de laudo.

A empresa vencedora deverá enviar uma unidade de amostra de cada item, para verificação e comprovação das especificações solicitadas. As peças deverão passar por processo de pré-encolhimento. Em seu acabamento as peças devem estar limpas, íntegras e suas costuras devem ser feitas de tal modo que não apresentem dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados.

As amostras serão submetidas a três lavagens consecutivas para avaliação dos seguintes itens conforme a ABNT NBR 13734/2016:

- Lavabilidade;
- Resistência a altas temperaturas;
- Resistência a tração quando molhado;
- Resistência aos ácidos, álcalis, branqueadores, alvejantes e desinfetantes;
- Firmeza dos corantes nos processos de lavagem (Personalização em cilindro/estampa corrida em toda a sua extensão);
- Percentual de encolhimento;
- Capacidade de absorção de água.

DAS EMBALAGENS.

A CONTRATADA deverá embalar as peças em saco plástico transparente e selado de forma individual, por tamanho de peça, conforme descrito na tabela de materiais constante nesse estudo.

As peças deverão ser agrupadas e acondicionadas em caixas de papelão ondulado, tipo duplex. Na face externa de cada caixa deverá ser afixada uma etiqueta contendo a descrição completa das peças e as suas quantidades.

Em caso de não conformidade do acondicionamento e identificação das peças, conforme descrito acima, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para regularização, de acordo com os prazos estabelecidos em Edital.

DA ENTREGA E DA VALIDADE DO PRODUTO.

Após aprovação da “AMOSTRA” o prazo da entrega dos materiais confeccionados dar-se-ão de forma parcelada, sendo a 1º entrega em até 30 (trinta dias) corridos, contados da Emissão da Nota de Empenho, conforme demonstrada no quadro abaixo.

| Item | Descritivo do Produto | Tamanho | Quantitativo Total | Quantitativo da entrega | Prazo de Entrega |
|------------------------------|----------------------------------|---------|--------------------|-------------------------|------------------|
| ENTREGA DA 1º PARCELA | | | | | |
| 1 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | P | 300 | 150 | |
| 2 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | M | 300 | 150 | |
| 3 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | G | 500 | 250 | |

| | | | | | | |
|-----------------------|---|------|-----|-----|--|--|
| 4 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | GG | 300 | 150 | <div>1° Parcela</div> <div>30 dias corridos a partir da emissão da nota de empenho</div> | |
| 5 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXG | 500 | 250 | | |
| 6 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXGG | 100 | 100 | | |
| 7 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | P | 200 | 100 | | |
| 8 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | M | 200 | 100 | | |
| 9 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | G | 300 | 150 | | |
| 10 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | GG | 200 | 100 | | |
| 11 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | EXG | 300 | 150 | | |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa Cinza Manga Longa | GG | 100 | 100 | | |
| 13 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | GG | 50 | 50 | | |
| 14 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | EXG | 205 | 205 | | |
| 15 | Blusa Cirúrgica Azul | P | 60 | 60 | | |
| ENTREGA DA 2° PARCELA | | | | | | |
| 1 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | P | 300 | 150 | | |
| 2 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | M | 300 | 150 | | |
| 3 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | G | 500 | 250 | | |
| 4 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | GG | 300 | 150 | | |
| 5 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXG | 500 | 250 | | |
| 6 | Conjunto de Roupa Privativa Azul | EXGG | 100 | 0 | | |
| 7 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | P | 200 | 100 | | |
| | | | | | 2° Parcela | |

| | | | | | |
|----|---|-----|-----|-----|---|
| 8 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | M | 200 | 100 | 30 dias corridos a partir da 1ª entrega |
| 9 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | G | 300 | 150 | |
| 10 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | GG | 200 | 100 | |
| 11 | Conjunto de Roupa Privativa Vermelho | EXG | 300 | 150 | |
| 12 | Conjunto de Roupa Privativa Cinza Manga Longa | GG | 100 | 0 | |
| 13 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | GG | 50 | 0 | |
| 14 | Calça pra Centro Cirúrgico Azul | EXG | 205 | 0 | |
| 15 | Blusa Cirúrgica Azul | P | 60 | 0 | |

Se por ventura a Nota de Empenho for encaminhada através de endereço eletrônico (e-mail corporativo), o prazo para entrega terá início no dia útil posterior ao envio, com a devida confirmação de recebimento que será impressa e juntada aos autos do processo.

Os materiais deverão ser entregues no Setor de Lavanderia, do Grupo Técnico de Gerenciamento Hospitalar de 2ª a 6ª feira das 09h00min às 16h00min horas, em embalagens adequadas, entendendo-se como tal, aquelas que acondicionam devidamente à apresentação do produto no Quadro 1 – Descrição do Enxoval.

O atestado de recebimento definitivo do material dar-se-á, após avaliação e análise da Equipe Técnica de Apoio à qual conferirá de forma criteriosa os materiais adquiridos quanto a sua embalagem, acondicionamento e quantidade das peças.

A validade dos bens/materiais deverá ser de no mínimo de 12 (doze) meses a contar da entrega no almoxarifado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas para a aquisição de enxoval hospitalar foi elaborada com base no diagnóstico situacional do Instituto, hospital de médio porte especializado no atendimento de doenças infectocontagiosas, que presta assistência a pacientes internados, usuários do pronto atendimento, profissionais de assistência direta à saúde, acompanhantes, visitantes e usuários do Sistema Único de Saúde. O objeto da presente contratação refere-se exclusivamente ao fornecimento de **conjunto de roupa privativa**, destinado ao uso dos profissionais e demais usuários dos serviços assistenciais, **não contemplando camisolas e pijamas**, os quais integram outra categoria de enxoval.

O levantamento quantitativo considerou o histórico de consumo dos últimos exercícios, os registros de baixa patrimonial decorrentes do desgaste natural das peças sem possibilidade de recuperação, as normas de biossegurança aplicáveis às unidades que tratam patologias infectocontagiosas e a necessidade de manutenção de estoque de segurança que assegure a continuidade do serviço sem risco de desabastecimento. Também foi projetado o impacto do futuro aumento de leitos e de áreas assistenciais, resultante da ampliação e reforma do Instituto, o que implicará crescimento proporcional da demanda por vestimentas privativas.

Conforme o Art. 125, nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133 de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25%.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Conforme preconiza o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.]

Valor (R\$): 409.905,00

A estimativa do valor da contratação para aquisição de enxoval hospitalar será elaborada a partir de pesquisa de preços praticados no mercado, análise de contratos similares firmados por instituições públicas de saúde e levantamento do histórico de consumo deste Instituto. Para definição do valor estimado, serão observados parâmetros de qualidade do tecido, durabilidade compatível com processos de lavanderia hospitalar, padronização exigida para ambientes de isolamento e necessidade de atendimento a todos os tamanhos, do **Pequeno ao Extra Grande Grande**. Também serão considerados custos logísticos, garantia de reposição, exigências sanitárias e a constituição de estoque de segurança suficiente para assegurar a continuidade da assistência sem risco de desabastecimento, tendo por finalidade servir de parâmetro para julgamento das propostas, verificação de exequibilidade e garantia da vantajosidade para a Administração Pública.

A estimativa do valor da contratação demonstrará ser compatível com as necessidades institucionais e com os preços de mercado, refletindo a importância estratégica do enxoval privativo para a assistência ao paciente, para a segurança dos profissionais e para o fortalecimento das ações de prevenção e controle de infecções hospitalares, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.

Conforme preconiza o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Os valores apurados constam no Processo SEI Nº 024.00022908/2026-34 que embasa o presente procedimento licitatório, sendo mantido sob sigilo haja vista a manutenção da competitividade licitatória e necessidade de manutenção e economicidade do erário público.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em observância ao princípio do parcelamento previsto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a divisão do objeto em itens distintos para aquisição de conjunto de roupa privativa hospitalar revela-se medida técnica e administrativamente adequada ao interesse público.

O parcelamento contribuirá diretamente para a **regularidade do abastecimento**, permitindo entregas fracionadas e programadas conforme a demanda real da unidade hospitalar. Considerando tratar-se de hospital de médio porte voltado ao atendimento de doenças infectocontagiosas, a disponibilidade contínua de vestuário privativo é essencial para manutenção das rotinas assistenciais, biossegurança e prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde.

Além disso, o hospital encontra-se em processo de reforma estrutural com **ampliação de leitos**, o que implicará aumento progressivo do número de profissionais assistenciais e, conseqüentemente, da necessidade de conjuntos privativos. O parcelamento possibilita adequar quantitativos e cronogramas de entrega de forma escalonada, acompanhando a expansão física da unidade, evitando tanto o desabastecimento quanto o armazenamento excessivo.

Outro aspecto relevante é a mitigação de riscos: eventual atraso ou inadimplemento de fornecedor impactará apenas o item correspondente, não comprometendo integralmente o estoque de todas as peças que compõem o conjunto. Tal estratégia reforça a segurança operacional e reduz a possibilidade de interrupção na assistência ao paciente por falta de vestuário adequado.

Ademais, o parcelamento favorece maior competitividade e eficiência na execução contratual, permitindo à Administração ajustar reposições conforme índices de desgaste, perdas técnicas e variações sazonais de demanda.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto não apenas atende à legislação vigente, como também se configura instrumento estratégico para garantir abastecimento contínuo, suporte à ampliação de leitos e manutenção da qualidade e segurança da assistência prestada à população.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A unidade possui como contratação interdependente contrato de serviços contínuos, firmado com empresa terceirizada, cujo objeto é lavanderia nas dependências da contratada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com as diretrizes e objetivos estratégicos do hospital, visando garantir a segurança na assistência para o profissional de saúde e para o paciente.

A contratação se dá em conformidade com a previsão apresentada no Planejamento Orçamentário Anual realizado com base em recursos próprios face ao consumo médio estimado do referido produto, garantindo assim a manutenção do erário sem impactos orçamentários não previstos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios esperados com a contratação estão diretamente relacionados à melhoria das condições de assistência, à proteção dos trabalhadores da saúde e ao fortalecimento das ações de prevenção e controle das infecções hospitalares. A disponibilização de peças adequadas, em todos os tamanhos, do Pequeno ao Extra Grande Grande, possibilitará padronização do vestuário privativo, maior conforto ergonômico aos profissionais e redução de riscos biológicos, contribuindo para a conformidade com as normas sanitárias vigentes e com os protocolos institucionais de biossegurança.

A iniciativa proporcionará ainda ganhos de eficiência administrativa, com a recomposição do estoque mínimo necessário ao funcionamento contínuo dos serviços assistenciais, evitando interrupções de atendimento por indisponibilidade de vestimentas apropriadas. A qualidade do enxoval refletirá na imagem institucional, na humanização do cuidado e na segurança do paciente, elementos fundamentais para estabelecimentos que atendem majoritariamente usuários do SUS e casos de natureza infectocontagiosa.

A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133 de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como os princípios aplicáveis ao pregão, adotando-se a modalidade Pregão Eletrônicos, por se tratar de aquisição de bens comuns com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos. O tipo de licitação será o de menor preço, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

Dessa forma, a contratação proposta representa solução estratégica para a qualificação da assistência, para a proteção dos profissionais e para o adequado funcionamento das unidades assistenciais, atendendo ao interesse público e às diretrizes legais que regem as contratações governamentais.

13. Providências a serem Adotadas

Serão realizadas as seguintes providências: elaboração do termo de referência, abertura de processo licitatório, análise das propostas, seleção do fornecedor, formalização do contrato e acompanhamento da execução do contrato, bem como as providências administrativas observadas integralmente ao regime jurídico instituído pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como as disposições aplicáveis ao pregão para aquisição de bens comuns, sendo a solução que será processada por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando-se como **tipo de licitação o menor preço**, por se tratar de objeto padronizável e amplamente disponível no mercado, possibilitando disputa isonômica entre fornecedores e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A Administração ainda adotará previamente as seguintes providências: elaboração de pesquisa de preços em conformidade com os parâmetros legais, definição das especificações técnicas detalhadas, estimativa de quantitativos compatíveis com a demanda atual e futura, previsão orçamentária, análise de riscos e minuta de termo de referência. Também serão estabelecidos critérios objetivos de recebimento provisório e definitivo, mecanismos de fiscalização do contrato e penalidades para eventual descumprimento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação para aquisição de enxoval hospitalar, compreendendo exclusivamente **conjuntos de roupa privativa**, apresenta impactos ambientais que devem ser analisados sob a ótica do ciclo de vida do produto, conforme preconizam as diretrizes da sustentabilidade na Administração Pública. Esses impactos estão associados, principalmente, às etapas de fabricação, transporte, uso, higienização e descarte final das peças, devendo ser mitigados por meio de critérios técnicos, normativos e legais adequadamente definidos no processo de contratação.

Nos termos do **art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, a licitação deve promover o desenvolvimento nacional sustentável, o que impõe à Administração a adoção de soluções que reduzam impactos ambientais negativos, incentivem boas práticas de produção e consumo e minimizem a geração de resíduos. Nesse sentido, a aquisição de enxoval hospitalar novo, padronizado e adequado ao uso assistencial contribui para maior durabilidade das peças, redução da frequência de reposição e diminuição do descarte prematuro de materiais têxteis.

A **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)** estabelece princípios como a prevenção e a redução na geração de resíduos, bem como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A definição de especificações técnicas que priorizem tecidos resistentes, de maior vida útil e compatível com processos industriais de lavagem e desinfecção hospitalar contribui para a mitigação de resíduos sólidos provenientes do desgaste acelerado do enxoval, além de favorecer práticas ambientalmente adequadas de reaproveitamento ou destinação final.

Sob a ótica sanitária e ambiental, a **Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA**, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, reforça a necessidade de controle rigoroso sobre resíduos contaminados e materiais têxteis inservíveis. A aquisição de conjuntos de roupa privativa em conformidade com padrões técnicos e de qualidade reduz o risco de descarte por contaminação cruzada, rasgos ou falhas estruturais, impactando positivamente na diminuição do volume de resíduos classificados como infectantes.

Adicionalmente, a **Resolução CONAMA nº 01/1986**, ao tratar da avaliação de impactos ambientais, orienta que sejam considerados os efeitos diretos e indiretos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Embora a

aquisição de enxoval hospitalar não configure atividade de significativo impacto ambiental isoladamente, sua gestão inadequada pode resultar em aumento do consumo de água, energia e produtos químicos nos processos de lavagem, bem como maior geração de resíduos têxteis. Assim, a padronização do enxoval privativo e a aquisição de peças adequadas ao uso hospitalar contribuem para a racionalização desses recursos.

Por fim, a adoção de critérios ambientais na contratação está alinhada às diretrizes da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010**, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens pela Administração Pública Federal, podendo ser aplicada de forma subsidiária. A observância desses critérios permite reduzir impactos ambientais negativos, promover o uso eficiente de recursos naturais e assegurar que a contratação atenda não apenas às necessidades assistenciais do hospital, mas também às exigências legais e às boas práticas de sustentabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a contratação para aquisição de **conjunto de roupa privativa** apresenta impactos ambientais controláveis e mitigáveis, desde que observadas as normas legais, sanitárias e ambientais vigentes, contribuindo para uma gestão hospitalar mais sustentável, eficiente e alinhada aos princípios da nova Lei de Licitações.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição de conjunto de roupa privativa hospitalar mostra-se técnica, operacional e economicamente viável, considerando as necessidades assistenciais da unidade hospitalar de médio porte, especializada no atendimento de doenças infectocontagiosas.

Sob o aspecto **técnico**, o conjunto privativo constitui Equipamento de Proteção Individual complementar às medidas de biossegurança, destinado ao uso exclusivo em áreas assistenciais, contribuindo para redução do risco de contaminação cruzada e fortalecimento das práticas de controle de infecção hospitalar. A padronização das peças assegura conformidade com protocolos internos, normas sanitárias e diretrizes da vigilância em saúde.

No que se refere à **viabilidade operacional**, a aquisição permitirá recomposição e ampliação do estoque institucional, garantindo disponibilidade contínua aos profissionais de assistência direta, especialmente diante do aumento da demanda decorrente da ampliação de leitos e da rotatividade própria do ambiente hospitalar. A existência de quantitativo adequado evita descontinuidade na assistência ao paciente e assegura condições dignas e seguras de trabalho às equipes multiprofissionais.

Sob o aspecto **econômico**, a compra planejada, com base em estimativa de consumo médio, vida útil das peças e índice de reposição por desgaste, possibilita melhor previsibilidade orçamentária e racionalização de custos. A aquisição direta do enxoval privativo tende a representar solução mais vantajosa quando comparada a contratações emergenciais ou reposições fragmentadas, reduzindo riscos de preços elevados por urgência ou desabastecimento.

Adicionalmente, há **viabilidade de mercado**, com ampla oferta de fornecedores especializados em vestuário hospitalar, garantindo competitividade e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição do conjunto privativo é plenamente viável, necessária e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público de saúde, assegurando suporte adequado à assistência hospitalar e à proteção dos profissionais e pacientes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REGINA CELIA CARNEIRO

Membro de banca avaliadora



Assinou eletronicamente em 26/02/2026 às 10:49:35.

ALPETRAS MARTINS MACIEL

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 16:49:01.

ANEXO II**RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024**

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

○ **SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:**I . DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apêndice dos do TCE-SP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
5. a reincidência na infração;
6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II.2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes. § 2º – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II.4 – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo

acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, im pertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

Artigo 17 – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o "caput" deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo

de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico n eles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o "caput" deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional

de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

ANEXO III**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO III.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

| ITEM | QTDE | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|------|------|---|----------------------|-------------------|
| 01 | 300 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Na Cor Azul; Tamanho P; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. | | |
| 02 | 300 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Na Cor Azul; Tamanho M; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorido; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. | | |
| 03 | 500 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho G; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR AZUL | | |

| | | | | | |
|----|-----|------|--|--|--|
| 04 | 300 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho GG; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL | | |
| 05 | 500 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho EXG; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL | | |
| 06 | 100 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho EXGG; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/-5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorido; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Do produto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente. NA COR AZUL | | |
| 07 | 200 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algoão; 100%; Colorido; Tamanho P; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Colorida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO. | | |

| | | | | | |
|-----------|------------|-------------|---|--|--|
| 08 | 200 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho M; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida Colorida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO | | |
| 09 | 300 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho G; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO | | |
| 10 | 200 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho Gg; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO | | |
| 11 | 300 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho Exg; Pesando No Máximo 180 G/m ² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Curta, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; NA COR VERMELHO | | |

| | | | | | |
|----|-----|------|--|--|--|
| 12 | 100 | unid | Conjunto de Roupa Privativa; Em Tecido de Algodão; 100%; Colorido; Tamanho GG; Pesando No Máximo 180 G/m² (+/- 5%); Reforçado Com Travete, Etiqueta Bordada; Camisa Manga Comprida Com Punho para Isolamento, Decote Redondo; Bolsos Frontais Inferior; Porta Crachá; Calça Com Elástico, Cordão Rebatido Com Travete; Logo Oficial Com Personalização Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Deverá Obedecer a Legislação Atual Vigente; COR CINZA | | |
| 13 | 50 | unid | Calca para Centro Cirurgico; Em Tecido 100% Algodão; Calça Com Elástico e Cordão Rebatido Com Travete; No Tamnho Gg; Colorida; Reutilizavel Com Resistência a Lavagem Industrial; Logotipo Oficial Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Atendedo a Legislação Atual Vigente; NA COR AZUL. | | |
| 14 | 205 | unid | Calca para Centro Cirurgico; Em Tecido 100% Algodão; Calça Com Elástico e Cordão Rebatido Com Travete; No Tamanho Exg; Colorida; Reutilizavel Com Resistência a Lavagem Industrial; Logotipo Oficial Em Estampa Corrida; Embalado Em Material Que Garanta a Integridade Doproduto; Atendendo a Legislação Vigente; NA COR AZUL. | | |
| 15 | 60 | unid | Blusa Cirúrgica; Em tecido 100% Algodão; Tipo Bata Hospitalar com bolsos frontais inferiores, porta crachá; Decote Redondo; Manga curta tipo Raglan; No Tamanho P; Colorido; Reutilizavel resistente a lavagem industrial; Logotipo Oficial em estampa corrida; Embalado em material que garanta a integridade do produto; Atendendo a legislação atual vigente. NA COR AZUL | | |

- Validade da proposta: **60 (sessenta) dias.**

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 |
expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

08a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data)

*_____
(nome/assinatura do representante legal)*

ANEXO V

DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 |
expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

Decreta:

Artigo 1º - Os pagamentos de despesas, obrigações ou responsabilidades de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de decisões judiciais, de serviços da dívida pública ou de transferências, processados pelos órgãos que integram a Administração Direta do Estado, deverão ser executados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A., na forma estabelecida por este decreto.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às Autarquias, inclusive às Universidades, às Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, às Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, aos Fundos Especiais de Despesa e aos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento.

Artigo 2º - O processamento de todas as movimentações financeiras de pagamentos a credores, incluindo fornecedores, no país e no exterior, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pela Administração Direta e Indireta do Estado, incluídas as operações de câmbio e comércio exterior, deverão ser efetuados por meio do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único - Excepcionalmente, para credores e fornecedores eventuais, não correntistas, cujo valor das transferências referidas neste artigo, não exceda a 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESP's, poderão ser processadas transferências com a emissão de cheque nominativo cruzado ou ordem de pagamento.

Artigo 3º - Os pagamentos de vencimentos, salários, subsídios, proventos ou pensões aos servidores civis e militares, ativos, inativos, pensionistas e beneficiários de pensões especiais do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta do Estado, serão feitos exclusivamente no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos inativos e pensionistas que residam no exterior ou em municípios que não possuam agências do Banco do Brasil S.A.

Artigo 4º - Excetua-se do disposto no presente decreto as devoluções de cauções, fianças e de impostos, taxas e multas, bem como os pagamentos e operações que, por imposição legal, judicial, regulamentar ou decorrentes de cláusulas de convênios ou contratos, ou ainda por disposição do Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014 Legislação do Estado, não possam ser formalizados por intermédio do Banco do Brasil S.A.

Artigo 5º - O Banco do Brasil S.A. deverá dispor de agência centralizadora localizada na cidade de São Paulo, destinada ao repasse e transferência do produto da arrecadação de tributos e demais receitas do Estado, depositado pelas instituições bancárias.

§ 1º - O repasse e a transferência a que se refere o "caput" deste artigo serão efetuados mediante procedimentos definidos pela Secretaria da Fazenda.

Instituto de Infectologia "Emílio Ribas"

Av. Dr. Arnaldo, 165 | CEP 01246-900 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3896-1200 |
expedientetecnica@emilioribas.sp.gov.br.

§ 2º - Os ingressos de demais receitas públicas estaduais, orçamentárias e extra-orçamentárias, deverão ser processados pelo Banco do Brasil S.A., quando autorizado, e depositados nas contas denominadas de tipo “C” dos respectivos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto.

Artigo 6º - O Banco do Brasil S.A., nos casos em que estiver apto a receber, deverá processar, mediante autorização dos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto, as despesas com FGTS, INSS, PIS/PASEP, COFINS, IRRF, CSLL, assim como as operações oficiais de compra e venda de moeda estrangeira, inclusive para fins de fechamento de contratos de câmbio nas importações e exportações.

Artigo 7º - As aplicações financeiras dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado deverão ser centralizadas no Banco do Brasil S.A., observado o disposto no Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014.

Artigo 8º - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional deverão disponibilizar, ao conglomerado do agente financeiro, sempre que solicitado, informações relacionadas aos seguros contratados, para fins de atualização da base de dados.

Artigo 9º - Os órgãos da Administração Pública, Direta e Indireta, aderentes ao Acordo Base de Parceria Institucional, ao realizarem pesquisa de preços para subsidiar procedimento licitatório tendente à contratação de seguros, deverão, sempre que possível, solicitar cotação ao conglomerado do agente financeiro do Estado.

Artigo 10 - A partir da vigência deste decreto e durante o prazo de vigência do Acordo Base de Parceria Institucional firmado em 29 de setembro de 2017 nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014 Legislação do Estado, fica suspensa a cobrança ao Banco do Brasil S.A. do percentual previsto no artigo 22 do Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014 Legislação do Estado.

Artigo 11 - Ficam mantidos os procedimentos atuais para as aplicações financeiras, por meio da Conta Única do Tesouro, no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP.

Artigo 12 - O Banco do Brasil S.A. deverá manter os sistemas operacionais e de informática capazes de bem operacionalizar os serviços contratados e fornecer ao Estado, prontamente, as informações necessárias ao acompanhamento das movimentações financeiras do Estado e outras que forem requeridas, desde que previamente acordadas, de modo que os serviços sejam prestados dentro do melhor padrão de qualidade.

Artigo 13 - Fica a Secretaria da Fazenda autorizada a providenciar o cadastramento de funcionários do Banco do Brasil S.A. no SIAFEM/SP, mediante solicitação formal das

áreas competentes do Agente Financeiro do Tesouro, para consulta às operações pertinentes a este decreto, observadas as regras de segurança de acesso.

Artigo 14 - Ao Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle, caberá fiscalizar o cumprimento das disposições deste decreto.

Artigo 15 - A Secretaria da Fazenda e suas Coordenadorias, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderão expedir normas complementares para aplicação integral das disposições deste decreto, decidir casos omissos e adotar as providências necessárias para preservação dos procedimentos ora estabelecidos.

Artigo 16 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao Banco do Brasil S.A., até 28 de setembro de 2022.

Parágrafo único - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 62.297, de 6 de dezembro de 2016 Legislação do Estado.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de outubro de 2017

GERALDO ALCKMIN

Arnaldo Calil Pereira Jardim Secretário de Agricultura e Abastecimento Márcio Luiz França Gomes Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação Jose Luiz de França Penna Secretário da Cultura José Renato Nalini Secretário da Educação Benedito Braga Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos Helcio Tokeshi Secretário da Fazenda Rodrigo Garcia Secretário da Habitação Laurence Casagrande Lourenço Diretor Presidente da Dersa, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Logística e Transportes Márcio Fernando Elias Rosa Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania Maurício Benedini Brusadin Secretário do Meio Ambiente Antonio Floriano Pereira Pesaro

Secretário de Desenvolvimento Social Marcos Antonio Monteiro Secretário de Planejamento e Gestão David Everson Uip Secretário da Saúde Márgino Alves Barbosa Filho Secretário da Segurança Pública Lourival Gomes Secretário da Administração Penitenciária Clodoaldo Pelissioni Secretário dos Transportes Metropolitanos José Luiz Ribeiro Secretário do Emprego e Relações do Trabalho Paulo Gustavo Maiurino Secretário de Esporte, Lazer e Juventude João Carlos de Souza Meirelles Secretário de Energia e Mineração Fabrício Cobra Arbex Secretário-Adjunto, da Casa Civil, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Turismo Linamara Rizzo Battistella Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência Samuel Moreira da Silva Junior Secretário-Chefe da Casa Civil Saulo de Castro Abreu Filho Secretário de Governo Publicado na Secretaria de Governo, aos 3 de outubro de 2017.